

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

AMANDA ISABELLA COSTA GOMES

AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE PARA ENTIDADES DO TERCEIRO

SETOR: um estudo de caso em um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais

LUZ - MG

2018

AMANDA ISABELLA COSTA GOMES

**AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE PARA ENTIDADES DO TERCEIRO
SETOR: um estudo de caso em um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco - FASF, como quesito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, curso de Ciências Contábeis.

Área de concentração: Terceiro Setor

Orientador: Pedro Henrique Melillo

LUZ- MG

2018

Catálogo: Antonio Jorge Resende Junior / Biblio. Crb 6/2041

Gomes, Amanda Isabella Costa.

G612c As contribuições da contabilidade para entidades do Terceiro Setor: um estudo de caso em um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais. / Amanda Isabella Costa Gomes. Luz – MG: FASF -- 2018.
83 f.

Orientador: Prof. Me. Pedro Henrique Melillo
Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Ciências Contábeis.

1. Terceiro Setor. 2. Análise das demonstrações contábeis. 3
Importância da contabilidade. I. Título.

CDD 657

AMANDA ISABELLA COSTA GOMES

**AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE PARA ENTIDADES DO TERCEIRO
SETOR: um estudo de caso em um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto
São Francisco - FASF, como quesito parcial para
obtenção do título de bacharel em Ciências
Contábeis, curso de Ciências Contábeis.**

BANCA EXAMINADORA

**Orientador
Prof. Me. Pedro Henrique Melillo**

Prof. Esp. Nathan Carvalho Alves

Prof. Esp. Lindomar Ribeiro dos Santos

Luz, 19 de Novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

- ❖ Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela oportunidade de estar viva e de estar realizando um dos meus sonhos, que é me graduar. Muitas vezes pensei em desistir, mas Ele sempre estiveste comigo e não me desamparaste em nenhum momento.
- ❖ Agradeço aos meus mestres, pela paciência e ensinamentos passados. Meu muito obrigada!
- ❖ Agradeço aos meus pais, em especial minha mãe Ivanete, pela confiança em mim depositada e por compartilhar comigo dessa realização. Sem vocês, isso não seria possível.
- ❖ Aos meus avós: Soloni, Ivan, Nadir e Geraldo (in memoriam) pelo incentivo aos estudos desde cedo, pelos livrinhos dados para que começasse a gostar de ler e aprender. Eu amo vocês!
- ❖ À minha irmã Fernanda, por me ouvir quando não podia mais falar com ninguém sobre meus feitos. Obrigada por ser minha melhor amiga.
- ❖ Ao meu namorado Diego, pela paciência e companheirismo. Obrigada por me aturar e compartilhar comigo meus momentos de desespero. Estamos formando!
- ❖ Em agradecimento aos meus colegas, que participaram também de cada conquista e derrota no decorrer desses quatro anos acadêmicos, em especial, Marília, Leticia e Alexandra que se tornaram minhas fiéis confidentes, irmãs que levarei da faculdade para a vida. Obrigada, Quarteto Fantástico!
- ❖ Aos demais amigos e envolvidos diretamente ou indiretamente nessa jornada, somente agradecer, essa conquista não é só minha, mas de todos nós!

RESUMO

O presente estudo de caso foi realizado em um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais. O trabalho teve o intuito de verificar a importância da contabilidade para uma entidade do Terceiro Setor e sua situação econômica e financeira nos anos de 2015 a 2017. Para realizar tais objetivos, foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito dos temas, análise de demonstrativos contábeis, mais especificamente, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício do hospital, onde foi possível verificar a situação que a entidade se encontra e aplicada uma entrevista a gestora da entidade, onde foi possível verificar como a contabilidade auxilia na gestão da casa de saúde, como que subvenções são usadas e quais relatórios devem ser elaborados pela empresa. Os indicadores encontrados diante de cálculos possibilitaram observar quais pontos podem ser melhorados e quais atitudes devem ser tomadas diante de um cenário de declínio dos índices de liquidez, que indica disposição da empresa para cumprir com suas obrigações. Empresas sem fins lucrativos têm um tratamento especial contábil, pois sobrevivem de doações e seu objetivo principal não é o lucro, mas promover mudanças na sociedade, prestando atendimento a pessoas, geralmente, carentes.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor. Subvenções. Análise das Demonstrações Contábeis. Importância da Contabilidade.

ABSTRACT

The present study case was realized in a hospital of the Midwest of Minas Gerais. The work had the intent to verify the importance of accounting to an entity of Third Sector and his situation economic and financial in the years of 2015 to 2017. To realize such objectives, was realized bibliographic research about the themes, analysis of demonstration accountings, more specifically, the Patrimonial Balance and the Result Demonstration of Exercise of the hospital, where it was possible to verify the situation that the entity is found and applied an interview with a manager of the entity, where it was possible verify how the accounting assists in the management of the house of health, as what subventions are used and which reports should be elaborated by the company. The indicators found on calculation allowed observe which points can be improved and which attitudes should be taken on a scenery of decline of the indices of liquidity, that indicates disposition of the company to accomplish with his obligations. The non-profits company have special accounting treatment, because survive on donations and their main purpose is not profit, but promote changes in society, by providing care to people who are generally needy.

KEYWORDS: Third Sector. Subsidies. Analysis of Financial. Statements. Importance of Accounting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivo e Finalidade da Análise Contábil.....	34
Figura 2 - Gráfico dos Indicadores de Liquidez do hospital.....	58
Figura 3 - Gráfico dos Indicadores de Estrutura e de Endividamento do hospital.....	59
Figura 4 - Gráfico dos Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade do hospital.....	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -Análise Vertical do Balanço Patrimonial.....	48
TABELA 2 -Análise Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício	50
TABELA 3 -Análise Horizontal do Balanço Patrimonial.	50
TABELA 4 -Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício.	51
TABELA 5 -Indicadores de Liquidez do Hospital.	52
TABELA 6 -Indicadores de Estrutura ou de Endividamento do hospital.	54
TABELA 7 -Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade do hospital.	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios da Contabilidade	24
Quadro 2 - Elementos das Notas Explicativas.	26
Quadro 3 - Demonstração do Resultado do Exercício.	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
IRNC	Imobilização de Recursos Não Correntes
ISSQN	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITG	Interpretação Técnica Geral
GA	Giro do Ativo
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LL	Lucro Líquido
LS	Liquidez Seca
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
ML	Margem Líquida
MS	Ministério da Saúde
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
ONGS	Organizações não governamentais
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTS	Organizações do Terceiro Setor
PC	Passivo Circulante

PCT	Participação de Capital de Terceiros
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo não Circulante
RA	Relatório da Administração
ROA	Retorno sobre os ativos
ROI	Retorno sobre os investimentos
RSPL	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
SICAP	Sistema de Cadastro e Prestação de Contas
SUS	Sistema Único de Saúde
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa	15
1.2 Problema	16
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo geral.....	16
1.3.2 Objetivos Específicos.....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Terceiro Setor	18
2.1.1 Formas Jurídicas	19
2.1.2 Títulos e Certificações	20
2.1.3 Composição do Patrimônio Social.....	21
2.1.4 Aspectos Legais do Terceiro Setor	22
2.1.5 Contabilidade do Terceiro Setor	23
2.2 Demonstrações Contábeis	27
2.2.1 Balanço Patrimonial.....	28
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício	29
2.2.3 Demonstração do Valor Adicionado	30
2.2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	31
2.2.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	32
2.2.6 Notas Explicativas.....	32
2.2.7 Relatório da Administração.....	33
2.3 Análises das Demonstrações Contábeis	33
2.3.1 Análise Horizontal	34
2.3.2 Análise Vertical.....	35
2.3.3 Análise por Quocientes ou Indicadores	36

2.4 Instituições de Saúde	42
2.5 Síntese do Referencial Teórico	42
3 METODOLOGIA.....	44
3.1 Sob o ponto de vista da abordagem	44
3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos	44
3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos.....	45
3.4 Unidade de Análise	46
3.5 Instrumentos de Coleta de Dados	46
3.6 Tratamento de Dados	47
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
4.1 Análise Tradicional de Balanços	48
4.2 Análise de Conteúdo.....	57
4.3 Síntese dos Resultados e Discussão	62
5 CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	71
ANEXO A – Balanço Patrimonial do Hospital.....	72
ANEXO B – Demonstração do Resultado do Exercício do Hospital	78
ANEXO C – Modelo de Entrevista	71

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, há três setores que contribuem no desenvolvimento de atividades econômicas no Brasil: Setor Público, Setor Privado e Terceiro Setor. O Primeiro Setor ou Setor Público é caracterizado pelo Governo, ou seja, o próprio Estado. O Segundo Setor ou Setor Privado é caracterizado pelas empresas privadas que visam ao lucro e ao interesse próprio. Já o Terceiro Setor é constituído por instituições sem fins lucrativos e que visam a objetivos sociais.

Paes (2014) fala que no mundo jurídico existem três tipos de pessoas jurídicas: Governo, que é o primeiro setor; o segundo setor, que são as empresas que visam lucro e as instituições do terceiro setor, que não visam lucros e sim o bem coletivo.

O Primeiro Setor é o setor público (Estado), em que os representantes e líderes são escolhidos pelo povo através do voto, ou seja, há a ação da democracia, por meio de eleições. Para que esse setor funcione, é preciso que ocorra arrecadação de impostos, sendo o uso de bens públicos para finalidades públicas e coletivas, direcionando essas arrecadações para infraestrutura, bem-estar da sociedade e outras funções de responsabilidade do Estado.

O Segundo Setor refere-se ao mercado, que é composto pelas empresas privadas com fins lucrativos, tendo como característica principal a busca do lucro. Estabelecimentos inclusos nesse segmento são caracterizados pela prestação de serviços, venda de mercadorias, confecção de equipamentos, enfim, é responsável pela maioria das empresas existentes.

Por último, existe o Terceiro Setor, que é formado por organizações privadas que não possuem fins lucrativos (não objetivam lucro) e desempenham ações de interesse público. Correspondem a esse setor as instituições sem fins lucrativos, organizações não Governamentais (ONGs), organizações sociais (OS), instituições religiosas, entidades beneficentes, centros sociais e organizações de serviços voluntários.

O Terceiro Setor, ao dedicar-se aos seus objetivos sociais, vem para suprir lacunas deixadas por falhas de governantes e representantes do Estado, objetivando provocar mudanças nas pessoas, com projetos sociais, assistenciais, educacionais, entre outros. Essas entidades visam atender as demandas da sociedade e promovem o bem-estar social.

Cada setor possui uma característica única em relação à utilização dos recursos financeiros: os impostos arrecadados pelo Primeiro Setor (dinheiro público) são usados para fins públicos; no Segundo Setor, o dinheiro privado para fins privados; e, no Terceiro Setor, as doações, subvenções e arrecadações de recursos privados são utilizados para fins sociais.

Representantes do terceiro setor, “as instituições sem fins lucrativos são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio; isto é, toda uma vida transformada” (OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 1).

Destaca-se aqui a importância da contabilidade gerencial para o Terceiro Setor, pois ele deve estar sempre acompanhando as mudanças do mercado de trabalho, buscando novas formas de ajudar seus colaboradores e beneficiados. No processo de tomada de decisões, o contador tem papel fundamental porque ele participa do planejamento e controle da empresa.

Com o mercado mais exigente, o profissional de contabilidade deve estar atento às mudanças diárias, seja na legislação ou num processo de consultoria para buscar soluções de melhoria para os clientes.

Para Atrill (2012), os contadores gerenciais se veem diante de questões relacionadas à ética nos negócios, pois eles podem estar envolvidos e ajudam a evitar atos antiéticos ou a escondê-los. Esses profissionais estão vulneráveis à pressão antiética, e muitas empresas elaboram seus próprios códigos de ética.

Considerando essa importância, este Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema: Contribuições da Contabilidade para entidades do terceiro setor, com o objetivo de demonstrar como a contabilidade e as análises das demonstrações contábeis contribuem na administração de um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais.

A abordagem técnico-conceitual foi elaborada com base nos estudos de renomados autores que foram, entre outros: Olak; Nascimento (2010), referente conceito e contabilidade em entidades do terceiro setor; Lins e Francisco Filho (2012), sobre análise das demonstrações contábeis; Lima; Freitag (2014), que retrata sobre as doações, contribuições e subvenções e legislações: lei 9.790/1999, que dispõe sobre o título de organização de sociedade civil de interesse público; Lei 9.637/1998, referente ao título de organização social; Lei 12.101/2009, que trata da certificação de entidades beneficentes de assistência social e comitê de pronunciamentos contábeis (Conselho Federal de Contabilidade), que aborda princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade.

1.1 Justificativa

Assim como o setor público e privado, o terceiro setor necessita da contabilidade para ter um controle financeiro, como prestação de contas, gestão e gerenciamento. As entidades

sem fins lucrativos têm o intuito de atender às necessidades básicas da população e suprir deficiências políticas e serviços públicos.

A relevância desse estudo está em apresentar as particularidades do terceiro setor e como a contabilidade pode auxiliar essas organizações na otimização de seus recursos econômicos e financeiros, podendo vir a sensibilizar os leitores para a importância dessas entidades, que visam atender demandas da sociedade. Também pode vir a sensibilizar os contadores atuantes nesse setor, para que estejam atentos à transparência e procurem buscar sempre atender à legislação, tornando confiável seu trabalho e atendendo de forma eficiente essas entidades.

Sendo um assunto ainda pouco conhecido, a pesquisadora quis fazer uma pesquisa para esclarecer sobre a relevância da contabilidade para entidades do terceiro setor, instigando os leitores a entender melhor as instituições sem fins lucrativos.

1.2 Problema

Quais as contribuições da contabilidade para um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais e qual o seu desempenho financeiro e econômico, através da análise das demonstrações contábeis?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Demonstrar como a contabilidade contribui para um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais e verificar o seu desempenho financeiro e econômico, através da análise das demonstrações contábeis.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar entidades do terceiro setor.
- Apresentar a legislação aplicada às entidades do terceiro setor.
- Identificar as contribuições da contabilidade para um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais.

- Verificar seu desempenho financeiro e econômico, através da análise das demonstrações contábeis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o problema e objetivos propostos pela pesquisa, nesta seção são apresentados conceitos de terceiro setor, assim como os títulos e particularidades deste setor. Também se apresentam os insumos de análise, que são os demonstrativos contábeis apresentados pela empresa e a análise através dos indicadores econômico-financeiros.

2.1 Terceiro Setor

O Terceiro Setor, segundo Paes (2014), consiste em entidades de interesse social sem fins lucrativos, com o objetivo de atender alguma necessidade social ou defender direitos difusos e emergentes.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008), em Norma Brasileira de Contabilidade Técnica(NBC T) número 10, terceiro setor são aquelas empresas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, e o lucro ou prejuízo é denominado, respectivamente, de superávit ou déficit. Defende ainda que essas instituições exerçam atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnico-científicas, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.

Scheunemann e Rheinheimer (2013) definem o Terceiro Setor como um conjunto de entidades sem fins lucrativos, unidas em prol do bem social, buscando sinergia com o primeiro e segundo setores.

Graziolli e Rafael (2013) caracterizam Terceiro Setor como aquele no qual estão inseridas as fundações privadas e as associações de interesse social, que buscam o bem comum da coletividade, com marcante interesse público.

Na medida em que favorece a atuação de ações sociais nos locais onde o Estado não supre todas as necessidades, as organizações do terceiro setor “são instituições com grande interesse de representatividade, podendo ser vistas como legítimas representantes dos interesses da sociedade civil” (SANTOS, 2012, p. 21).

Segundo Rocha Júnior, Araújo e Souza (2015),as entidades sem fins lucrativos assumem um papel de relevante importância na sociedade, por atuarem na realização de atividades de caráter beneficente, filantrópico e muitos outros serviços de cunho social. Dessa

forma, contribuem para o desenvolvimento econômico, social e político do país, atuando nas lacunas deixadas pelo Estado e suprimindo as necessidades não atendidas por ele. Os autores ainda ressaltam que a transparência nessas instituições é fundamental, pois afeta, de maneira direta ou indireta, a sociedade, que pode exigir uma prestação de contas justa e equitativa.

De acordo com Paes (2014), as instituições do Terceiro Setor não são públicas e nem privadas e acabam transcendendo países. Visam a um bem coletivo global, que não está inserido em um país específico, mas sim, de todos os povos do mundo e suprem necessidades de um todo.

De acordo com Paes (2014, p.188):

As organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela participação voluntária, de natureza privada, são submetidas ao controle direto do Estado, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia, trabalhando para realizar objetivos sociais ou públicos, proporcionando assim à sociedade a melhoria na qualidade de vida, atendimento médico, eventos culturais, campanhas educacionais, entre tantas outras atividades.

Na visão de Cabral (2015), a administração das Organizações do Terceiro Setor (OTS) é peculiar, pois deve atuar de forma eficaz e atender ao Estado, ao mercado, à sociedade civil em suas exigências.

O próximo tópico retrata as formas jurídicas das organizações não governamentais (ONGs), demonstrando como estas podem ser constituídas.

2.1.1 Formas Jurídicas

Conforme Azevedo e Senne (2006), a forma jurídica de uma organização não governamental dar-se-á sob o formato de associação ou fundação. Uma fundação tem sua origem em um patrimônio ou conjunto de bens, enquanto uma associação se origina da união de um grupo de pessoas em torno de uma causa ou objetivos comuns.

As formas jurídicas das organizações não governamentais ou de terceiro setor são abordadas no art. 44 do Código Civil e na Lei nº 10.406/2002, sendo elas associações, fundações, organizações religiosas e os partidos políticos.

De acordo com França *et al* (2015), associação é a forma jurídica pela qual pessoas se reúnem em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital, sem fins lucrativos. Sua constituição se dá por meio de uma assembleia geral de constituição, mediante redação do estatuto que irá regê-la, que consiste em um conjunto de

cláusulas contratuais aos quais os associados devem se submeter, contendo declaração unânime da vontade dos associados se congregarem e formarem uma associação.

Se for caracterizada de interesse público, será acompanhada e fiscalizada pelo Ministério Público; se não, onde a associação tiver objetivos estatutários voltados apenas para seus associados, não poderá ter nenhuma intervenção estatal, conforme artigo 5º da Constituição Federal.

As fundações, de acordo com o artigo 62 do Código Civil, só podem ser constituídas para fins religiosos, culturais, morais ou assistenciais. Olak e Nascimento (2010) citam que sua criação se dá através de escritura ou testamento, em que o instituidor destina bens livres, especificando o fim a ser alcançado e, declarando, caso queira, a maneira de administrá-la.

De acordo com os autores citados acima, a fundação é criada com patrimônio próprio especificado e fim altruístico, beneficente ou de necessidade, de utilidade pública ou social, administrada segundo determinações de seus fundadores. Para sua existência, é necessário aprovação da escritura e do estatuto pelo Ministério Público e registro da escritura no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sendo a administração composta pelo Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

As organizações religiosas assemelham-se às associações, sendo regidas pelo art. 44 do Código Civil, no qual fica vedado ao Poder Público negar-lhe reconhecimento ou registro necessário a seu funcionamento. Nesse caso, não existem sócios ou associados, e sim membros, que devem reunir em Assembleia Geral para aprovar o Estatuto e eleger as pessoas que ocuparão os cargos de Administração.

A lei nº 10.825/2003 fala sobre os partidos políticos, que conforme França *et al* (2015) correspondem à pessoa jurídica com a finalidade de assegurar o regime democrático e garantir os direitos constitucionais. Precisam ser registrados em Cartório e no Tribunal Superior Eleitoral.

O próximo tópico aborda títulos e certificações dispensados a entidades de terceiro setor, disponibilizados pelo Poder Público, devido à prestação de serviços favorecendo a coletividade.

2.1.2 Títulos e Certificações

Segundo Brasil (1999), em sua Lei nº 9.790, o Título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é destinado a entidades que estabelecem parceria com o

Estado, por meio do chamado Termo de Parceria, que destina a fomentação de atividades de interesse público.

O Título de Organização Social (OS), conforme Lei Federal nº 9.637/1998, destina-se a entidades voltadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, mantendo o chamado Contrato de Gestão com o Poder Público, recebendo assim recursos orçamentários do Governo Federal.

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), foi definido pela Lei nº 12.101/2009, sendo destinado a entidades que atuem especificamente nas áreas de saúde, educação e/ou assistência social. Os órgãos certificadores são o Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Também podem ser conferidas às associações e fundações títulos de utilidade pública federal, estadual ou municipal, dos quais não decorre nenhuma isenção. Recebem por servir desinteressadamente à coletividade.

O próximo assunto a ser abordado é a composição do patrimônio social, assunto de relevante importância para a sobrevivência das organizações não governamentais.

2.1.3 Composição do Patrimônio Social

Segundo Giehh *et al* (2015), uma das principais preocupações e necessidades do Terceiro Setor é a captação de recursos. A falta de conhecimento das leis aplicáveis a esse setor muitas vezes pode resultar no descumprimento da Lei, prejudicando a credibilidade, a transparência e a segurança jurídicas dessas organizações. A forma de captação de recursos para constituição e manutenção do patrimônio nas entidades sem fins lucrativos vem, principalmente, de contribuições, doações e subvenções.

De acordo com Olak e Nascimento (2010), contribuições correspondem a recursos de associados e outros indivíduos, que se comprometem, periodicamente, a contribuir com determinada quantia, prefixada ou não, para manutenção da entidade ou execução de uma obra.

Doação, conforme o artigo 538 do Código Civil, é a transferência de bens ou vantagens do patrimônio de uma pessoa para outra, por liberdade, sendo que a formalização é imprescindível para fins de transparência, podendo o doador impor restrições às doações efetuadas.

Para Lima e Freitag (2014), doações são recursos recebidos sem necessidade de contrapartida, ou seja, as doações em dinheiro, bens ou serviços que são feitas gratuitamente.

Subvenção é o abono de determinada soma de dinheiro, periodicamente, pelo governo para manutenção da instituição em retribuição ao cumprimento de certas condições. Pimentel, Mota Filho e Alencar (2010) citam que as subvenções têm o propósito de estimular ações que dificilmente seriam realizadas sem esse recurso. São categorizadas em ordinárias, que compreendem consumo de recursos na manutenção de gastos regulares da entidade e extraordinárias, que reúnem fundos recebidos de forma esporádica e geralmente se destinam a projetos específicos.

Ainda na visão dos autores citados acima, outras formas de captação de recursos são receitas de aplicações financeiras, receitas de capital (alienações de investimentos ou imobilizados), receitas de vendas de produtos, mercadorias ou serviços e outras fontes de recursos (bingos, bazar, taxas de inscrições em eventos, aluguéis para uso esporádico de imóveis da entidade), para manutenção e continuidade de suas atividades.

O próximo assunto a ser abordado são os aspectos legais do terceiro setor, que se diferenciam das outras sociedades em alguns aspectos.

2.1.4 Aspectos Legais do Terceiro Setor

As entidades pertencentes ao terceiro setor são pessoas jurídicas de direito privado, regulamentadas pelo Código Civil. O Artigo 9º do Código Tributário Nacional e o Artigo 150 da Constituição Federal preveem que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, suas fundações, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei.

De acordo com Martins (2008), é admissível a imunidade em relação às entidades de caráter assistencial que visam ao amparo de seus associados e de pessoas da sociedade. Para isso, é necessária a observância dos seguintes requisitos do art. 151 da Carta Magna:

- Não distribuírem parcela de patrimônio ou de suas vendas a qualquer título.
- Aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais.
- Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Para Azevedo; Senne (2006) são imunes (não ocorre o fato gerador da obrigação tributária) de impostos federais, estaduais e municipais, conforme a legislação: Imposto de Renda, Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, Imposto Territorial Rural, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos, Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis, Imposto sobre Importação e Exportação. Embora imunes, não deixam de ter imposto de renda retido na fonte no pagamento de colaboradores e precisam reter o ISS, conforme legislação de cada município. A isenção é a inexigibilidade temporária do tributo, de caráter temporário, definido em Lei, em que ocorre o fato gerador da obrigação tributária, mas a Lei torna o crédito inexigível.

Dessa forma, de acordo com França *et al* (2015), as associações ou fundações que não se enquadrarem na imunidade devem procurar as normas relativas às isenções para verificar se não podem valer desse tipo de benefício. Na isenção, cada esfera do Governo (federal, estadual e municipal) legisla sobre os tributos de sua competência.

Segundo Lima e Freitag (2014), nas entidades do Terceiro Setor, o controle tem uma função estratégica, uma vez que os recursos são escassos e precisam ser bem geridos. Uma forma de controle pode ser traduzida pelas demonstrações contábeis e pelas informações que podem ser obtidas por meio delas.

Santos (2012) cita que uma organização que não tem uma contabilidade organizada e projetos concretos, dificilmente obterá êxito na captação de recursos, ou seja, os resultados, aliados a uma boa gestão são passos essenciais para a continuidade de uma entidade do Terceiro Setor.

O próximo tópico retrata a contabilidade em entidades do terceiro setor, podendo esta contribuir para auxiliar a administração das entidades no gerenciamento dos recursos disponíveis.

2.1.5 Contabilidade do Terceiro Setor

De acordo com Rocha Júnior, Araújo e Sousa (2015), a contribuição da contabilidade para o terceiro setor é indispensável, pois irá auxiliar na administração dos recursos colocados à disposição dos gestores dessas entidades, além de demonstrar de forma clara e segura se esses recursos foram e estão sendo aplicados corretamente para os fins a que se destinam.

Aplicam-se às entidades sem finalidade de lucros, os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008), através da Resolução 750, os princípios de contabilidade são os seguintes:

Quadro 1 - Princípios da Contabilidade.

Entidade
Continuidade
Oportunidade
Registro pelo valor original
Competência
Prudência

Fonte: Adaptado de Conselho Federal de Contabilidade (2008).

A Resolução 750 retrata que o princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade, ressaltando a necessidade da diferenciação do patrimônio particular com o da empresa, ou seja, o patrimônio da entidade jamais deve confundir-se com o de seus sócios ou proprietários. O princípio da continuidade afirma que o patrimônio da entidade depende das atividades que se desenvolverão, ou seja, depende da continuidade de suas operações.

Para Iudícibus (2010), o princípio de oportunidade significa o registro de todas as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, no momento em que elas ocorrem e com a extensão correta, garantindo integridade e tempestividade no registro das informações registradas na contabilidade. O princípio do registro pelo valor original refere-se ao registro das mutações do patrimônio pelo valor original das transações.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2008), princípio de competência é a obrigação de registrar cada fato no período em que acontecem, de acordo com o seu fato gerador. E o princípio da prudência propõe sempre a adoção do menor valor para os componentes do ativo e de maior valor para os componentes do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para o seu registro.

As entidades do terceiro setor, por possuírem objetivos sociais e muitas vezes obterem recursos junto à sociedade, devem apresentar suas demonstrações contábeis com muita transparência para que usuários da informação contábil possam conhecer os seus resultados e

averiguar se a entidade está atingindo seus objetivos, conforme a visão de Kruger, Borba e Silveira (2012). Para maior transparência, os responsáveis pelas demonstrações devem buscar atender à legislação, para tornar as informações confiáveis, podendo, se a renda da instituição for superior ao teto do Simples Nacional, solicitar auditoria independente, para ampliar ainda mais a confiabilidade nos demonstrativos por parte dos usuários.

Segundo Cabral (2015), as Organizações do Terceiro Setor (OTS) necessitam de controles claros e eficazes, pois essas não possuem a distribuição de lucros como instrumento de aferição de resultados; assim, os resultados devem ser controlados e revertidos em resultados qualitativos para a sociedade.

Dentre as obrigações acessórias específicas do terceiro setor, tem o Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP), específico para fundações fiscalizadas pelo Ministério Público. De acordo com França *et al* (2015), consiste em um programa de informática que tem como finalidade o provimento de dados para estudos e estatísticas e a disponibilização de dados informativos das instituições sem fins lucrativos. Outra obrigação acessória das organizações do terceiro setor é a renovação dos títulos e certificações, devendo obedecer aos prazos para não serem cancelados.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008), na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) nº 26, as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos são as seguintes: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit/Déficit do Período, Demonstração do Patrimônio Líquido Social, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Evidentemente, conforme Olak e Nascimento (2010), são necessárias algumas alterações, especialmente em relação à nomenclatura de algumas contas. No Balanço Patrimonial, a denominação Capital deve ser substituída por Patrimônio Social e Lucros e Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício. Na Demonstração do Superávit ou Déficit do Período, devem ser destacadas as informações sobre gratuidades concedidas e serviços voluntários e divulgadas em Notas Explicativas. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas como atividades operacionais. Também se deve observar o Plano de Contas, que deve ser elaborado de acordo com as atividades da entidade.

A subvenção, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008), NBC 07, para que seja recebida, algumas vezes como ajuda financeira ou fiscal, a entidade é sujeita ao cumprimento de algumas condições como cuidado na identificação da origem dos custos e despesas e períodos que as subvenções serão reconhecidas. Ela é apresentada como crédito na

demonstração do resultado do exercício como outras receitas ou como dedução da despesa relacionada.

Ainda segundo o CFC (2008), o subsídio deve ser registrado de acordo com sua natureza na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), seja por aumento de rendimento por parte do empreendimento ou por meio de redução de tributos ou outras despesas, deve ser registrada na DRE no grupo de contas de acordo com a sua natureza.

Os registros contábeis, conforme a ITG 2002, devem reconhecer as contas de receitas e despesas, respectivamente como superávit ou déficit, identificadas por tipo de atividade como de educação, saúde, assistência social, entre outras. As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

O valor do superávit ou déficit do exercício, de acordo com a NBC T 10, deve ser registrado na conta Patrimônio Social ou enquanto não for aprovada pelos associados, deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício. Os registros contábeis, como contas de receitas e despesas, superávit ou déficit respectivamente, devem ser feitos separadamente de acordo com seu tipo: educação, saúde, assistência social, técnico-científica, comercial, industrial ou de prestação de serviços.

Na Demonstração do Resultado do Período, de acordo com a NBC TG 1000, devem ser destacadas as informações de subvenções recebidas e de serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade. A entidade pode controlar com informações econômicas das demonstrações contábeis compensações de transações referentes a isenções, gratuidades entre outras para evidenciação contábil.

As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que, de acordo com a NBC TG 1000, devem conter:

Quadro 2 - Elementos das notas explicativas

(Continua)

O resumo das principais práticas contábeis
Os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos.

Fonte: Adaptado de Conselho Federal de Contabilidade (NBC TG 1000, 2008)

Quadro 2 - Elementos das notas explicativas

(Continuação)

As contribuições previdenciárias, relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
As subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções
Os fundos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes desses fundos
Evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador
Eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade
As taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo
Informações sobre os tipos de seguros contratados
As entidades educacionais, além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação
As entidades beneficiadas com a isenção de tributos e contribuições devem evidenciar, em Notas Explicativas, suas receitas com e sem gratuidade, de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados

Fonte: Adaptado de Conselho Federal de Contabilidade (NBC TG 1000, 2008)

O próximo tópico aborda as demonstrações contábeis, sendo que sua análise pode auxiliar no diagnóstico financeiro e econômico de uma organização.

2.2 Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis ou demonstrações financeiras são relatórios elaborados “com base na escrituração mercantil mantida pela empresa, com a finalidade de apresentar aos diversos usuários informações principalmente de natureza econômica e financeira, relativas à gestão do Patrimônio ocorrida durante o exercício social” (RIBEIRO, 2014, p. 37).

De acordo com Castiglioni (2014), as demonstrações financeiras são relatórios que contêm dados sobre o patrimônio de uma entidade e formam seu sistema contábil. Esses dados têm a finalidade de informar aos usuários a situação estática, do ponto de vista econômico e financeiro, orientando os gestores no processo de tomada de decisão.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008), NBC nº26, as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos são as seguintes: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit/Déficit do Período, Demonstração do Patrimônio Líquido Social, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

2.2.1 Balanço Patrimonial

De acordo com Ferrari (2012), o Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia o patrimônio de uma empresa em dado momento, geralmente em 31 de dezembro de cada ano.

Ribeiro (2014) cita que o BP é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativamente e quantitativamente, o patrimônio da entidade, devendo compreender todos os bens e direitos, tangíveis como intangíveis, as obrigações e o Patrimônio Líquido.

Castiglioni (2014) diz que o Balanço Patrimonial mostra de forma equilibrada a estrutura patrimonial de uma empresa, sendo dividido em partes harmoniosas que são: ativo, passivo e patrimônio líquido, considerando o fechamento deste demonstrativo importante para as empresas.

O Balanço Patrimonial, segundo Ribeiro (2014), é composto por duas partes: Ativo e Passivo: o lado direito (Passivo) é composto por Obrigações que representam recursos derivados de terceiros (Capital de Terceiros) e Patrimônio Líquido, que é representado pela origem dos recursos totais que a empresa tem à sua disposição e estão aplicados no seu patrimônio, recursos derivados de proprietários (Capital Próprio).

De acordo com o autor citado acima, do lado esquerdo encontra-se o Ativo (bens e direitos), que evidencia a aplicação, investimento do Capital Próprio e de Terceiros que tem à sua disposição. Para elaborar o Balanço Patrimonial, é preciso que o Resultado do Exercício tenha sido apurado e que todos os lançamentos necessários estejam registrados corretamente nos livros Diário e Razão ou documentos e livros conforme cada empresa.

Assaf Neto (2012) complementa que as informações de tendências que podem ser extraídas de seus grupos de contas fazem com que o balanço sirva como elemento fundamental para conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

O Balanço Patrimonial, na visão de Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011), apresenta a posição patrimonial e financeira da empresa em determinado momento, ou seja, sua informação é estática.

O próximo tópico evidencia a DRE, que visa demonstrar o resultado apurado pela organização no exercício social.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração do resultado do exercício (DRE) “trata-se da apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa durante o Exercício Social, demonstradas de forma a destacar o Resultado Líquido do Período” (CASTIGLIONI, 2014, p. 203).

Dentre os componentes da DRE, na visão de Ribeiro (2014), estão as receitas brutas, de onde serão deduzidas as vendas canceladas, abatimentos, descontos incondicionais, impostos sobre vendas (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, Programa de Integração Social, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Imposto Sobre Serviços), resultando na receita líquida.

Ainda conforme o autor citado acima, da receita líquida, deduzem-se os custos (Custo de Mercadorias Vendidas, Custo de Produtos Vendidos ou Custo do Serviço Prestado), chegando-se ao lucro bruto. Após o lucro bruto, são demonstradas as despesas operacionais (necessárias para promover, vender ou distribuir os produtos ou administrar a empresa) ocorridas no período, chegando-se assim, com essa subtração, ao lucro operacional.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), do lucro operacional, acrescentam-se o resultado de perdas e ganhos e o resultado financeiro (diferença entre receitas e despesas financeiras). O resultado encontrado denomina-se lucro antes do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desse valor, deduzem-se os impostos sobre o lucro, apurando o lucro/prejuízo do exercício.

A DRE tem sua estrutura definida pela Lei 11.638/2007, conforme o **Quadro 3**.

Quadro 3 - Demonstração do Resultado do Exercício

(Continua)

Demonstração do Resultado do Exercício
1. Receita Operacional Bruta
Venda de Mercadorias
2. Deduções e Abatimentos
Vendas Anuladas
Descontos incondicionais concedidos
Impostos sobre vendas

Fonte: Adaptado de Castiglioni (2014).

Quadro 3 - Demonstração do Resultado do Exercício

(Continuação)

Demonstração do Resultado do Exercício
1. Receita Operacional Líquida (1-2)
2. Custos Operacionais
Custo das Mercadorias Vendidas
3. Lucro Bruto (3-4)
4. Despesas Operacionais
Despesas com vendas
Despesas Gerais e administrativas
Despesas financeiras
5. Lucro Operacional (5-6)
6. Receitas não operacionais
7. Despesas não operacionais
8. Resultado antes da Contribuição Social (7+8-9)
9. Provisão para a Contribuição Social
10. Resultado antes do Imposto de Renda (10-11)
11. Provisão para o Imposto de Renda
12. Resultado líquido do exercício (12-13)

Fonte: Adaptado de Castiglioni (2014).

A seguir, será apresentada a Demonstração do Valor Adicionado, que demonstra quanto de riqueza a empresa produziu em determinado período.

2.2.3 Demonstração do Valor Adicionado

De acordo com Ribeiro (2014) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um demonstrativo que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, demonstrando ainda como essa riqueza foi distribuída e para quem foi destinada, com seu respectivo valor.

De acordo com Assaf Neto (2012), a DVA é um componente do balanço social da entidade, com o intuito de mostrar o quanto a empresa agregou de valor no período e como sua riqueza foi distribuída (sócios, capital, pessoal e governo). Tem como base a DRE, sendo a demonstração da receita deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros, mostrando quanto a empresa agregou efetivamente para a sociedade no exercício.

Segundo Silva (2010), o valor adicionado gerado em cada empresa em um determinado período representa o quanto essa empresa contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país no referido período.

Dando sequência aos demonstrativos contábeis, apresenta-se a seguir a Demonstração do Fluxo de Caixa, que tem o objetivo de evidenciar as modificações nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa.

2.2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) “é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações em um determinado período e que provocaram modificações no saldo de Caixa e equivalente de caixa” (RIBEIRO, 2014, P. 88).

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, na NBC TG 03, caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis; equivalentes de Caixa, são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Para Ribeiro (2014), quando a DFC for elaborada, as aplicações financeiras consideradas como Equivalentes de Caixa devem ser relacionadas em Notas Explicativas. Portanto, fluxos de caixa são entradas e saídas de numerário em Caixa e Equivalentes de Caixa.

Segundo Matarazzo (2010), por meio da DFC, é possível verificar as fontes e aplicações durante o exercício social, resultando na variação do saldo de caixa.

Para Assaf Neto (2012), a DFC permite que se analise a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos perante terceiros e acionistas, a geração de resultados de caixa futuros e das operações atuais e a posição de liquidez e solvência financeira. Deve evidenciar fluxos operacionais, de investimentos e financiamentos.

De acordo com Ribeiro (2014), o demonstrativo DFC pode ser elaborado pelo método direto e indireto. No método indireto, os recursos derivados das atividades operacionais são indicados a partir do Resultado do Exercício ajustado antes das deduções do CSLL e IR (Lucro ou Prejuízo, ajustados também adição de despesas e exclusão de receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetaram o Caixa da empresa. No método direto, a DFC é formulada partir dos recebimentos e pagamentos de operações normais que ocorreram durante o período.

A seguir, será evidenciada a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que evidencia as alterações a movimentação de contas do Patrimônio Líquido em determinado período.

2.2.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

De acordo com Ferrari (2012), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia as alterações na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A Lei nº 6.404/1976 permite que a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados seja incluída na DMPL, ou seja, esta demonstra a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido em determinado período.

Silva (2010) cita que a DMPL traz informações que complementam os dados constantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício. E, que para as empresas que avaliam seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial, torna-se de muita utilidade, para permitir adequado tratamento contábil das variações de equivalência patrimonial no exercício.

A seguir, têm vez de explanação as notas explicativas, que visam complementar as demonstrações contábeis.

2.2.6 Notas Explicativas

As Notas Explicativas são esclarecimentos que “visam a complementar as demonstrações contábeis e informar os critérios utilizados pela empresa, a composição dos saldos de determinadas contas, os métodos depreciação, os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais” (RIBEIRO, 2014, p. 109).

De acordo com Silva (2010), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e divulgam informações necessárias para a compreensão dos respectivos demonstrativos por parte dos usuários, garantindo assim informações completas e confiáveis sobre a situação financeira e os resultados da organização. Serão apresentadas nas notas explicativas informações sobre a preparação das demonstrações e das práticas contábeis específicas aplicadas para negócios e eventos significativos, informações exigidas pelas práticas contábeis exigidas no Brasil e que não estejam em nenhuma outra parte das demonstrações e informações adicionais consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

Outra peça contábil utilizada pelas empresas é o Relatório de Administração, que visa fornecer aos usuários fatos relevantes que aconteceram durante o exercício na empresa e os planos para o futuro.

2.2.7 Relatório da Administração

De acordo com Ribeiro (2014), o Relatório da Administração procura detalhar os dados informados nos diversos demonstrativos, comentando o desempenho da empresa no período, analisando a situação econômica e financeira em comparação com outras empresas do ramo, estudos de projeções para o crescimento a curto e a longo prazos, concluindo, normalmente, com agradecimentos a fornecedores, clientes e funcionários.

Seu objetivo é fornecer aos usuários informações sobre o contexto operacional da organização, com fatos relevantes que aconteceram ao longo do exercício e com planos da mesma para os exercícios seguintes. “A leitura desse relatório deve ser feita com muito senso crítico, pois o seu conteúdo não passa pela análise dos auditores independentes, podendo conter informações tendenciosas” (SILVA, 2010, p. 64).

Por meios dos demonstrativos elaborados pelas empresas, é possível realizar as análises, com o intuito de verificar seu desempenho financeiro e econômico. A seguir, serão apresentadas as análises das demonstrações contábeis.

2.3 Análises das Demonstrações Contábeis

A Análise das Demonstrações Contábeis, de acordo com Ferrari (2012), tem por objetivo a obtenção, comparação e interpretação de indicadores, sendo que estes índices ou quocientes são calculados a partir de elementos demonstrativos contábeis com o intuito de fornecer aos seus usuários a situação econômica, financeira, patrimonial da entidade geradora das demonstrações.

Para que as análises sejam realizadas, são necessários indicadores ou índices, que segundo Marion (2013), são relações que se estabelecem entre duas grandezas, facilitando sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações é mais significativa que a observação de montantes.

Para Ribeiro (2014), os processos de análise das demonstrações contábeis são técnicas utilizadas pelos analistas para a obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da Entidade ou de outros aspectos relacionados com o Patrimônio, de acordo com

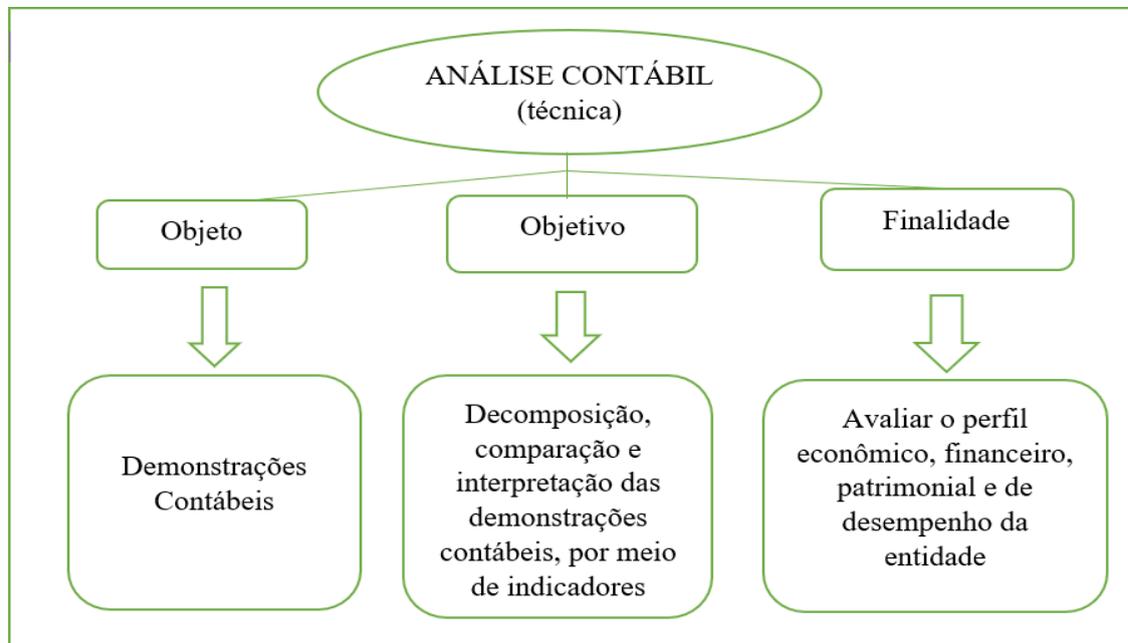
os interesses dos usuários. Completa que a finalidade das demonstrações financeiras é auxiliar no processo de tomada de decisões, pois presta informações sobre a situação econômica e financeira da entidade.

De acordo com Ulbra (2009), um dos maiores problemas enfrentados nas análises das demonstrações contábeis é a correta interpretação dos dados numéricos. Portanto, deve ser feita conforme o porte da empresa, o ramo de atividade e a evolução do negócio. Ainda diz que o analista deve estar atento para que, ao analisar as demonstrações contábeis, estejam em mãos todas as demonstrações e respectivas notas explicativas.

Na situação, têm-se indicadores de liquidez, de endividamento, de imobilização, de giro, garantia de capital de terceiros e eles mostram a capacidade de recursos da empresa para o cumprimento dos seus compromissos financeiros a curto e médio prazo. Na situação econômica deve-se analisar o desempenho operacional, a lucratividade, o seu retorno sobre os investimentos e a sua rentabilidade.

Pode-se observar o objetivo e finalidade de uma análise contábil na figura a seguir, denominada de **Figura 1**.

Figura 1 – Objetivo e Finalidade da Análise Contábil.



Fonte: Adaptado de Ferrari (2012).

2.3.1 Análise Horizontal

As principais técnicas de análise, segundo Assaf Neto (2012), são a análise horizontal, análise vertical e indicadores econômico-financeiros. Os indicadores estão classificados em liquidez, atividade, estrutura e endividamento, lucratividade e rentabilidade e análise de ações.

De acordo com Assaf Neto (2012), é desenvolvida por meios de números-índices, sendo cálculos processados pela seguinte expressão:

$$\text{Números Índices} = \frac{\text{Valor da data}}{\text{Valor base}} \times 100$$

Onde:

- **Valor da data:** Participação da conta ou grupo contábil, em termos monetários, no período analisado.
- **Valor base:** Participação da conta ou grupo contábil, em termos monetários, no exercício mais antigo, estabelecido com data base.

No próximo tópico será tratada a análise vertical que vem para complementar a análise horizontal e mostrar resultados mais precisos.

2.3.2 Análise Vertical

Análise vertical, conforme Matarazzo (2010), representa o percentual de cada conta em relação ao total do ativo e das vendas, demonstrando a real importância de cada conta no conjunto.

Assaf Neto (2012) fala que é um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor relacionável, identificado no mesmo demonstrativo.

Assaf Neto e Lima (2010) citam que o resultado obtido pela análise vertical complementa as conclusões obtidas pela análise horizontal.

2.3.3 Análise por Quocientes ou Indicadores

Conforme Ribeiro (2014), indicadores ou quocientes são índices extraídos das demonstrações contábeis por meio de confrontos entre contas ou grupos de contas. O analista precisa ter o cuidado de evitar acúmulo de quocientes, o que pode levá-lo a distorções e transtornos na elaboração de suas conclusões.

De acordo com Marion (2013), índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, podendo essa capacidade de pagamento ser avaliada considerando longo prazo, curto prazo ou prazo imediato. Os indicadores de liquidez evidenciam ao analista a capacidade da empresa em honrar seus compromissos, sendo divididos em liquidez imediata, seca, corrente e geral.

A liquidez imediata mostra quanto a empresa tem em Caixa ou Equivalentes de Caixa para cada R\$1,00 do Passivo Circulante, sendo “determinada pela relação existente entre o disponível e o passivo circulante” (ASSAF NETO; LIMA, 2010, p. 108).

$$LI = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

- **LI:** Liquidez Imediata.
- **Disponível:** Caixa e equivalentes de caixa (bancos, aplicações financeiras de resgate imediato).
- **Passivo Circulante:** Obrigações da empresa a vencer até o fim do exercício subsequente.

A liquidez seca, para Ribeiro (2014), mostra a capacidade financeira líquida que a empresa tem para cumprir compromissos a curto prazo. Quanto maior for este quociente, melhor. É calculado pela fórmula a seguir:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

- **LS:** Liquidez Seca.
- **Ativo Circulante:** Bens e direitos da empresa a serem realizados até o fim do exercício subsequente.
- **Estoques:** Produtos ou mercadorias para revenda.
- **Passivo Circulante:** Obrigações da empresa a vencer até o fim do exercício subsequente.

De acordo com Lins e Francisco Filho (2012), o índice de liquidez corrente mede a capacidade de a empresa liquidar seus compromissos financeiros de curto prazo, sendo obtido através fórmula a seguir:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

- **LC:** Liquidez Corrente.
- **Ativo Circulante:** Bens e direitos da empresa a serem realizados até o fim do exercício subsequente.
- **Passivo Circulante:** Obrigações da empresa a vencer até o fim do exercício subsequente.

O indicador de liquidez corrente, segundo Assaf Neto (2012), indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$1,00 de dívidas de curto prazo.

Outro indicador de liquidez é a liquidez geral, que “retrata a saúde financeira de curto e longo prazo da empresa” (ASSAF NETO; LIMA, 2010, p. 108).

Conforme Assaf Neto (2012), o indicador mostra o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e não circulante para cada R\$1,00 que a empresa mantém de dívida.

A liquidez geral é calculada pela fórmula abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Onde:

- **LG:** Liquidez Geral.
- **Ativo Circulante:** Bens e direitos da empresa a serem realizados até o fim do exercício subsequente.
- **Realizável a Longo Prazo:** Bens e direitos da empresa a serem realizados após o fim do exercício subsequente.
- **Passivo Circulante:** Obrigações da empresa a vencer até o fim do exercício subsequente.
- **Passivo não Circulante:** Obrigações da empresa a vencer após o fim do exercício subsequente.

Os indicadores de estrutura de capital, na visão de Ribeiro (2014), servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos Capitais investidos no Patrimônio, mostrando a proporção existente entre os Capitais Próprios e os Capitais de Terceiros.

Quanto menor for a Participação de Capital de Terceiros na empresa, de acordo com Ribeiro (2014), menor será seu grau de endividamento. Para confirmar, pode-se calcular pela seguinte fórmula:

$$PCT = \frac{\text{Exigível Total}}{PL}$$

Onde:

- **PCT:** Participação de capital de terceiros.
- **Passivo Exigível:** Capital de Terceiros.
- **PL:** Patrimônio Líquido, também chamado de capital próprio.

Silva (2010) ressalta que os capitais de terceiros compreendem a soma do Passivo Circulante e não Circulante, representando, portanto, o endividamento total da empresa. Portanto, quanto menor este quociente, melhor.

Para verificar, segundo Ribeiro (2014), a proporção entre Obrigações de Curto Prazo e as Obrigações Totais (a cada R\$1,00 do total das obrigações, quanto a empresa deve pagar a curto prazo), é necessário realizar o seguinte cálculo:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{PC}}{\text{Exigível Total}}$$

Onde:

- **Passivo Circulante:** Obrigações da empresa a vencer até o fim do exercício subsequente.
- **Exigível Total:** Soma do Passivo Circulante + Passivo Não Circulante.

A partir desse resultado, segundo Ribeiro (2014), pode-se perceber que quanto menor este quociente, melhor, pois quanto menor for o valor para pagar em curto prazo em relação às obrigações totais, mais tempo se tem para quitar todos os compromissos e obter recursos financeiros.

Para confirmar qual parcela do Patrimônio Líquido foi utilizada para financiar compra do Ativo Não Circulante menos Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativo Fixo), ou seja, para cada R\$1,00 de Patrimônio Líquido a empresa imobilizou do Ativo Fixo é possível pela seguinte fórmula:

$$\text{Imobilização do PL} = \frac{\text{Ativo Não Circulante} - \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{PL}}$$

Onde:

- **PL:** Patrimônio Líquido.

O indicador de grau de imobilização do patrimônio líquido ou capital próprio, segundo a visão de Peres Júnior e Begalli (2015), mostra o quanto foi aplicado no imobilizado para cada R\$1,00 de patrimônio líquido.

Para analisar a proporção existente entre o Ativo Fixo e os Recursos Não Correntes, Ribeiro (2014), é necessário realizar o seguinte cálculo:

$$\text{IRNC} = \frac{\text{Ativo Fixo}}{\text{PL} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Onde:

- **IRNC:** Imobilização de Recursos Não Correntes.
- **Ativo Fixo:** Ativo não circulante – Ativo realizável a longo prazo.
- **PL:** Patrimônio Líquido.
- **PNC:** Passivo Não Circulante.

Observa-se o quanto a empresa investiu no Ativo Fixo para cada R\$1,00 de PL menos exigível a longo prazo. Portanto quanto menor este quociente, melhor.

Os indicadores de rentabilidade, conforme Ribeiro (2014), servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau do êxito econômico obtido pelo Capital investido na empresa. Confrontam-se grupos de contas do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício para se avaliar a rentabilidade. São classificados em giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo ou dos investimentos e rentabilidade do patrimônio líquido.

O giro do ativo (GA), de acordo com Iudícibus (2010), expressa quantas vezes o ativo se renovou pelas vendas, ou seja, quanto maior este quociente, melhor, porque mostra quanto que a empresa vendeu para cada R\$1,00 de investimento. O GA é calculado por:

$$GA = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Onde:

- **GA:** Giro do Ativo.
- **Vendas Líquidas:** Receita líquida, presente na Demonstração do Resultado do Exercício.
- **Ativo Total:** Bens e direitos da empresa, presentes no Balanço Patrimonial.

Em seguida, tem o cálculo da margem líquida, que, para Peres Júnior e Begalli (2015), indica a capacidade da empresa em gerar lucros, comparando com a receita líquida de vendas. Portanto quanto maior for este quociente, melhor. Sua fórmula é a seguinte:

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas líquidas}}$$

Onde:

- **ML:** Margem Líquida.
- **Lucro Líquido:** Valor presente na Demonstração do Resultado do Exercício.
- **Vendas Líquidas:** Receita líquida, presente na Demonstração do Resultado do Exercício.

O Retorno sobre o Ativo (ROA), também conhecido com Retorno sobre os Investimentos (ROI), segundo Assaf Neto e Lima (2010), constitui um dos mais importantes indicadores de rentabilidade de uma empresa, mostrando o potencial de geração de lucros por parte da empresa, quando ela teve lucro líquido para cada R\$1,00 de investimento. Quanto maior for este quociente, melhor. Seu cálculo é demonstrado na fórmula abaixo:

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Onde:

- **ROI:** Retorno sobre os Investimentos.
- **LL:** Lucro Líquido, presente na Demonstração do Resultado do Exercício.
- **Ativo Total:** Bens e direitos da empresa, presentes no Balanço Patrimonial.

Outro indicador de rentabilidade é o de retorno sobre o patrimônio líquido, que segundo Lins e Francisco Filho (2012), mostra qual foi a taxa de rentabilidade obtida pelo Capital Próprio investido na empresa. Quanto mais alto o retorno sobre o patrimônio líquido, maior lucro obteve a empresa em relação aos valores próprios investidos. Seu cálculo é efetuado pela fórmula abaixo:

$$\text{RSPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL}}$$

Para chegar a conclusões coerentes sobre os resultados encontrados na entidade, o analista precisa estar atento as suas particularidades e como a análise refere-se a uma organização do terceiro setor, é importante conhecer o funcionamento e a importância desse segmento, que possui legislações diferentes das outras sociedades.

O próximo tópico fala sobre entidades de saúde, considerando que o objeto de estudo de caso refere-se a um hospital situado no Centro-Oeste de Minas Gerais.

2.4 Instituições de Saúde

Para Olak e Nascimento (2010), terceiro setor são instituições com propósitos sociais, educacionais, religiosos, de saúde ou filantrópicos, desempenhando papel relevante na economia, na sociedade e na vida das pessoas, sendo criadas para atender a algum objetivo específico. A partir desse conceito, podemos classificar hospitais como parte integrante de instituições do terceiro setor e parte crucial deste trabalho.

Vecina Neto e Malik (2016) defendem o conceito de hospital como unidade de gestão de saúde para pacientes que demandam cuidados sob internação, mas que também podem ser atendidos em unidades de menor porte por meio de processos estruturados de referência e contra referência para outras unidades de uma rede de serviços de saúde, podendo ter maior ou menor autonomia gerencial.

É de relevante importância o bom gerenciamento hospitalar para o seu funcionamento. Hospitais com maior autonomia têm facilidade para determinar os sistemas de financiamento, conseguem impor suas condições operacionais aos financiadores e conseguem incentivos às empresas de planos de saúde e de serviços. Hospitais com menos autonomia administrativa “acabam dependendo de financiadores e do sistema no qual eles trabalham, comprometendo a qualidade de serviços e dificuldades para gerir uma casa de saúde e em alguns casos gerar futuros problemas de sustentabilidade” (VECINA NETO; MALIK, 2016, p. 50).

2.5 Síntese do Referencial Teórico

Nessa seção será tratado um resumo do referencial teórico, sendo relatados aqui os principais pontos. No tópico sobre Terceiro Setor, foi tratado o que significa o próprio nome em si, suas características, atuações e quais empresas se classificam nesse setor. O Terceiro Setor vem para suprir falhas do governo e pode-se ter a visão clara de sua importância na sociedade.

No tópico de Formas Jurídicas, foi apresentado como são constituídas as organizações não governamentais, sejam associações ou fundações. Foram ditas a quais leis e obrigações elas estão sujeitas a cumprir e quais as defendem na sua constituição e funcionamento.

No tópico Títulos e Certificações, foram abordados quais são dispensados a entidades do Terceiro Setor, disponibilizados pelo Poder Público e quais são suas utilidades perante a sociedade.

Em Composição do Patrimônio Social, tópico importante para a sobrevivência das organizações, é mostrada a importância de recursos, seja a captação feita por contribuições, doações ou subvenções e quais regras devem ser respeitadas e cumpridas para o recebimento de tais.

Os Aspectos Legais do Terceiro Setor trataram como a legislação dessas entidades difere das demais sociedades. Mostrou que são imunes de impostos e como uma organização com uma contabilidade organizada obtém êxito em seus resultados.

Na Contabilidade em Entidades do Terceiro Setor, buscou-se evidenciar como a contabilidade pode contribuir e auxiliar a administração das entidades no gerenciamento dos recursos disponíveis. Demonstrou-se que a contabilidade auxilia de forma clara e segura se esses recursos foram e estão sendo aplicados. Mostrou que é aplicado às entidades: os Princípios Fundamentais da Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas interpretações técnicas e comunicados técnicos.

Em Demonstrações Contábeis, foi abordado quais relatórios as entidades devem apresentar: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit/Déficit do Período, Demonstração do Patrimônio Líquido Social, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Em Análise das Demonstrações Contábeis, foi retratado o objetivo e a importância de interpretar os indicadores financeiros dispostos nas demonstrações contábeis, enfatizando a necessidade de analisar a situação econômica e financeira da entidade a partir de análises horizontais e verticais.

E, por último, não menos importante, no tópico Instituições de Saúde foi mostrada a importância de um bom gerenciamento hospitalar e como ele compromete para o funcionamento da entidade e na qualidade do serviço.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia, ou seja, o caminho seguido para realização do Trabalho de Conclusão de Curso, que teve como propósito demonstrar como a contabilidade contribui na administração de uma entidade do terceiro setor e verificar seu desempenho econômico-financeiro, através das análises das demonstrações contábeis, sendo um estudo de caso.

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem

Sob o ponto de vista da abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa.

Caracteriza-se como quantitativa, pois, se o propósito da pesquisa implica em avaliar algum sistema ou projeto, recomenda-se utilizar o melhor meio possível de controlar o delineamento do estudo para garantir uma boa interpretação dos resultados.

A pesquisa quantitativa possui “a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências” (RICHARDSON, 1999, p.70).

A pesquisa qualitativa, de acordo com Roesch (1999), permite ao pesquisador desenvolver os componentes analíticos e categóricos da explicação, a partir dos dados e não de técnicas estruturadas e altamente quantificadas.

Este Trabalho de Conclusão de Curso, quanto à pesquisa quantitativa, foi feito mediante a utilização de dados numéricos, em que foi realizado o cálculo dos indicadores por meio de planilhas do Microsoft Excel para posterior análise dos resultados.

Quanto à pesquisa qualitativa, foi evidenciada na realização da análise das demonstrações contábeis pela pesquisadora, considerando seu domínio sobre o assunto e não apenas baseado em técnicas estruturadas e foram realizadas também análises das respostas obtidas pela entrevista realizada com a gestora do hospital.

3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos

Sob o ponto de vista dos objetivos, a pesquisa pode ser caracterizada como descritiva e exploratória.

Segundo Vergara (2004), a pesquisa descritiva busca informações necessárias para a análise e expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis.

Para Andrade (2012), neste tipo de pesquisa, o pesquisador irá observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos sem interferir neles.

Já a pesquisa exploratória, segundo Roesch (1999), tem a finalidade de ajudar o pesquisador a obter maior conhecimento sobre o problema da pesquisa.

Para realização do Trabalho de Conclusão do Curso, a pesquisadora aprofundou sobre o assunto para obter maior conhecimento sobre o problema em questão, através de fontes primárias (pesquisa documental) e secundárias (pesquisa bibliográfica), caracterizando, assim, a pesquisa exploratória.

Já a pesquisa descritiva foi evidenciada na realização do estudo na unidade de análise, onde a mesma é caracterizada e seus documentos contábeis e resultados da entrevista são analisados.

3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica, documental e um estudo de caso.

Conforme Marconi e Lakatos (2017), pesquisa bibliográfica trata de levantamento de referências já publicadas, tendo a finalidade de colocar o pesquisador em contato com o que foi escrito sobre o tema. Neste estudo, a pesquisadora buscou referências de autores para obter maiores conhecimentos sobre o assunto.

Já a pesquisa documental baseia-se em fontes primárias, que, de acordo com Gil (2010), ocorre quando o material consultado é interno à organização, sendo imprescindível em qualquer estudo de caso. Para a realização desta pesquisa, foram usados demonstrativos contábeis do hospital analisado para as análises.

O estudo de caso, de acordo com Vergara (2004), é o método circunscrito a uma ou poucas unidades, sendo especialmente adequado ao estudo de processos e fenômenos com base em vários ângulos.

Neste estudo, o Trabalho de Conclusão de Curso corresponde a um hospital situado no Centro-Oeste mineiro.

3.4 Unidade de Análise

O objeto da investigação foi uma empresa que se enquadra no terceiro setor, um hospital situado no Centro-Oeste de Minas Gerais. A entidade estudada, um hospital do centro-oeste mineiro, é uma empresa que se encaixa como pública e particular, considerando que atende pacientes pelo SUS e por planos de saúde.

Antes chamada de Casa de Caridade, hoje Santa Casa, foi fundada em 1º de novembro de 1935, completando em 2018, 83 anos de história de dedicação e atendimento à população. O hospital atende por dia em média de cem pessoas, sendo por volta de vinte, atendimento de urgência e emergência na área pública para pessoas carentes, ou seja, pelo Sistema Único de Saúde ou área também chamada de plantão. Os demais atendimentos se reúnem em cirurgias, suturas, raio-X, exames, ultrassons, ultrassonografias, consultas que não se limitam apenas em atender pacientes locais, mas da pequena região em que se situa.

3.5 Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados primários, que são os demonstrativos contábeis utilizados para análise, com ênfase para o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, elaborados pelo hospital, foram obtidos para a pesquisa referentes aos anos de 2015 a 2017, coletados diretamente na empresa analisada pela própria pesquisadora, mediante solicitação prévia e assinatura de termo de permissão para realização do Trabalho de Conclusão acerca da utilização dos seus demonstrativos. Os demonstrativos foram entregues à pesquisadora de maneira impressa.

Também foi utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista estruturada, que segundo Marconi e Lakatos (2017), ocorre quando o entrevistador segue um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, podendo ser perguntas abertas ou fechadas. Nesse caso, foram utilizadas apenas questões abertas, para deixar a gestora livre na elaboração de suas respostas. A aplicação foi feita pela pesquisadora de forma presencial, tendo gravado as respostas da gestora, para facilitar a interpretação dos resultados.

Os dados secundários, por meio da pesquisa bibliográfica, foram obtidos de fevereiro a outubro de 2018 pela autora, para buscar conceitos (terceiro setor, legislações aplicáveis a esse setor, análise das demonstrações contábeis) de autores renomados para atingir os objetivos propostos e responder ao problema da pesquisa.

3.6 Tratamento de Dados

Para tratamento de dados quantitativos, foi realizado o cálculo dos indicadores da empresa, baseando-se em seus demonstrativos anuais, especificamente o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Após o cálculo dos indicadores, através de planilhas do Microsoft Excel, os mesmos foram dispostos em gráficos para melhor visualização e compreensão dos dados obtidos.

Também foi utilizada para tratamento de dados a análise de conteúdo, que, conforme Marconi e Lakatos (2017), pontua o que foi observado pelo pesquisador ou que foi dito em entrevista, visando alcançar melhor compreensão sobre o assunto.

Para tratamento de dados qualitativos, a pesquisadora fez a interpretação dos resultados encontrados nas análises e da entrevista com a gestora do hospital, considerando as abordagens conceituais demonstradas no referencial teórico. Através da entrevista, a autora pôde cumprir seus objetivos de entender a importância da contabilidade em uma empresa do terceiro setor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção aborda duas partes, análise quantitativa e qualitativa. Para serem sanados os objetivos propostos inicialmente, foi realizada análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício referente aos anos de 2015 a 2017. Em seguida, foram feitos cálculos de indicadores financeiros econômicos, como análise quantitativa e como qualitativa, foi realizado o tratamento das respostas obtidas a partir de uma entrevista com a gestora da entidade.

4.1 Análise Tradicional de Balanços

No presente tópico, serão tratadas as análises qualitativas e quantitativas dos demonstrativos contábeis da entidade em estudo de caso.

Os indicadores elaborados nesta pesquisa do hospital analisado foram feitos a partir de análises de duas demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, dos anos de 2015 a 2017.

A **Tabela 1** mostra a análise vertical do Balanço Patrimonial do hospital referente aos períodos analisados.

TABELA 1 - Análise Vertical do Balanço Patrimonial. (Continua)

BP	2015		2016		2017	
ATIVO	2.438.569,22	100,00%	2.498.118,50	100,00%	2.533.605,58	100,00%
ATIVO CIRCULANTE	785.047,44	32,19%	347.711,85	13,92%	340.444,83	13,44%
DISPONIBILIDADES	463.391,11	19,00%	177.899,44	7,12%	68.836,10	2,72%
Caixa	3.762,95	0,15%	5.110,59	0,20%	3.746,70	0,15%
Bancos c/ Movimento	44.939,76	1,84%	36.264,64	1,45%	52.909,00	2,09%
Aplicações	414.688,40	17,01%	136.524,21	5,47%	12.180,40	0,48%
CLIENTES	34.960,66	1,43%	39.355,41	1,58%	38.328,97	1,51%
EMPRESTIMO FUNC.	-	-	-	-	3.148,15	0,12%
ADIANT. FORNECEDORES	160.000,00	6,56%	-	-	-	-

ESTOQUES	126.695,67	5,20%	130.457,00	5,22%	230.131,61	9,08%
ATIVO PERMANENTE	1.653.521,78	67,81%	2.150.406,65	86,08%	2.193.160,75	86,56%
IMOBILIZADO	1.653.521,78	67,81%	2.150.406,65	86,08%	2.193.160,75	86,56%
PASSIVO	2.438.569,22	100,00%	2.498.118,50	100,00%	2.533.605,58	100,00%
PASSIVO CIRCULANTE	160.075,17	6,56%	192.878,77	7,72%	316.853,16	12,51%
FORNECEDORES	58.772,08	2,41%	49.717,30	1,99%	48.470,96	1,91%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.078,45	0,33%	-	-	58.001,77	2,29%
CHEQUES EM TRÂNSITO	4.648,08	0,19%	7.824,40	0,31%	11.626,31	0,46%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	88.576,56	3,63%	135.337,07	5,42%	198.754,12	7,84%
PL	2.278.494,05	93,44%	2.305.239,73	92,28%	2.216.752,42	87,49%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Analisando a **TABELA 1** é possível perceber que a entidade analisada teve uma queda nas suas disponibilidades que indicam quanto que a empresa dispõe para honrar com seus compromissos.

Análise vertical, conforme Matarazzo (2010), representa o percentual de cada conta em relação ao total do ativo e das vendas, demonstrando a real importância de cada conta no conjunto.

Assaf Neto (2012) fala que é um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor relacionável, identificado no mesmo demonstrativo. A **TABELA 1** mostrou de forma clara e precisa a situação das contas em relação ao seu total de ativos nos anos comparados.

Assaf Neto e Lima (2010) citam que o resultado obtido pela análise vertical complementa as conclusões obtidas pela análise horizontal.

TABELA 2 - Análise Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício.

DRE	2015		2016		2017	
Receita Bruta	3.071.910,17	100,00%	3.337.775,05	100,00%	3.474.721,54	100,00%
Receitas Financeiras	22.050,98	0,72%	25.955,61	0,78%	3.787,85	0,11%
Receitas Eventuais	50.845,50	(1,66%)	12.828,00	0,38%	19.076,40	0,55%
Despesas Administrativas	(2.951.481,46)	(96,08%)	(3.386.560,46)	(101,46%)	(3.531.611,88)	(102,84%)
Despesas Tributárias	(9.407,30)	(0,31%)	(12.544,83)	(0,38%)	(12.294,00)	(0,35%)
Despesas Financeiras	(13.287,61)	(0,43%)	(10.707,69)	(0,32%)	(18.701,99)	(0,54%)
Resultado do Exercício	170.630,28	5,55%	(33.254,32)	(1,00%)	(65.022,08)	(1,87%)

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A partir da **TABELA 2** é possível observar o quanto que a entidade aumentou as suas despesas. As despesas administrativas tiveram um aumento muito grande comparando-se que em 2015 representava cerca de 96,08% e esse índice só aumentou, analisando os anos de 2016 e 2017.

TABELA 3 - Análise Horizontal do Balanço Patrimonial.

(Continua)

BP	2015	2016	2017	PEI 15/16	PEI 16/17
ATIVO	2.438.569,22	2.498.118,50	2.533.605,58	2,44 %	1,42 %
ATIVO CIRCULANTE	785.047,44	347.711,85	340.444,83	(55,71) %	(2,09) %
DISPONIBILIDADES	463.391,11	177.899,44	68.836,10	(61,61) %	(61,31) %
Caixa	3.762,95	5.110,59	3.746,70	35,81 %	(26,69) %
Bancos c/ Movimento	44.939,76	36.264,64	52.909,00	(19,30) %	45,90 %
Aplicações	414.688,40	136.524,21	12.180,40	(67,08) %	(91,08) %
CLIENTES	34.960,66	39.355,41	38.328,97	12,57 %	(2,61) %

EMPRESTIMO FUNC.	-	-	3.148,15	-	100 %
ADIAN. FORNECEDORES	160.000,00	-	-	(100) %	-
ESTOQUES	126.695,67	130.457,00	230.131,61	2,97 %	76,40 %
ATIVO PERMANENTE	1.653.521,78	2.150.406,65	2.193.160,75	30,05 %	1,99 %
IMOBILIZADO	1.653.521,78	2.150.406,65	2.193.160,75	30,05 %	1,99 %
PASSIVO	2.438.569,22	2.498.118,50	2.533.605,58	2,44 %	1,42 %
PASSIVO CIRCULANTE	160.075,17	192.878,77	316.853,16	20,49 %	64,28 %
FORNECEDORES	58.772,08	49.717,30	48.470,96	(15,41) %	(2,51) %
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.078,45	-	58.001,77	(100) %	100 %
CHEQUES EM TRÂNSITO	4.648,08	7.824,40	11.626,31	68,34 %	48,59 %
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	88.576,56	135.337,07	198.754,12	52,79 %	46,86 %
PL	2.278.494,05	2.305.239,73	2.216.752,42	1,17 %	(3,84) %

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A partir da **TABELA 3**, é possível analisar que as disponibilidades da entidade diminuíram porque nesse período ela utilizou dos seus recursos para cumprir com obrigações de reforma, honorários contábeis, folhas de pagamentos, entre outras.

As aplicações que o hospital dispunha obtiveram grande queda pois também foram utilizadas para quitar compromissos.

TABELA 4 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício. (Continua)

DRE	2015	2016	2017	PEI 15/16	PEI 16/17
Receita Bruta	3.071.910,17	3.337.775,05	3.474.721,54	8,65 %	4,10 %
Receitas	22.050,98	25.955,61	3.787,85	17,71 %	(85,41) %
Financeiras					
Receitas	50.845,50	12.828,00	19.076,40	(74,77) %	48,71 %
Eventuais					
Despesas	(2.951.481,46)	(3.386.560,46)	(3.531.611,88)	14,74 %	5,52 %
Administrativas					
Despesas	(9.407,30)	(12.544,83)	(12.294,00)	33,35 %	(2,00) %
Tributárias					
Despesas	(13.287,61)	(10.707,69)	(18.701,99)	(19,64) %	75,15 %

Financeiras					
Resultado do Exercício	170.630,28	(33.254,32)	(65.022,08)	(119,49) %	95,53 %

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A **TABELA 4** mostra como que as despesas da entidade analisada aumentaram, motivo que são observados pelo aumento de dívidas com outras obrigações. As receitas brutas obtidas nos anos analisados aumentaram mas também aumentaram suas despesas administrativas e despesas tributárias, resultando nos resultados negativos dos anos de 2016 e 2017 do resultado do exercício.

A **Tabela 5** apresenta os indicadores de liquidez que, segundo Marion (2010), mostram a capacidade de pagamento da empresa. O autor diz que índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, podendo essa capacidade de pagamento ser avaliada considerando longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Os indicadores de liquidez evidenciam ao analista a capacidade da empresa em honrar seus compromissos, sendo divididos em liquidez imediata, seca, corrente e geral.

TABELA 5 – Indicadores de liquidez do hospital.

Indicadores	2015	2016	2017
Liquidez Imediata	2,89	0,92	0,21
Liquidez Seca	4,11	1,12	0,34
Liquidez Corrente	4,90	1,80	1,07
Liquidez Geral	4,90	1,80	1,07

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Analisando os indicadores da **Tabela 5**, pode-se verificar que a liquidez imediata do hospital, no primeiro ano, teve um resultado relevante ao dos demais anos, o que significa que para cada R\$1,00 do Passivo Circulante, o hospital dispunha de Caixa ou Equivalente de Caixa R\$2,89 para quitar seus compromissos.

Já em 2016 e 2017, os resultados foram contrários, para cada R\$1,00 do passivo circulante, a entidade dispunha de R\$0,92 e R\$0,21, respectivamente, para honrar com suas obrigações.

A liquidez imediata mostra quanto a empresa tem em Caixa ou Equivalentes de Caixa para cada R\$1,00 do Passivo Circulante, sendo “determinada pela relação existente entre o disponível e o passivo circulante” (ASSAF NETO; LIMA, 2010, p. 108).

Comparando-se o ano de 2015 com o ano de 2016, houve uma queda muito grande no indicador de liquidez imediata. Com relação a essa queda, 97% está ligada ao Ativo Circulante, com a redução de Equivalente de Caixa, cerca de R\$263.428,02, e também ao aumento da conta Adiantamento de Fornecedores de R\$160.000. Tais informações podem ser visualizadas no Balanço Patrimonial da empresa, presente nos anexos desta pesquisa.

Entre 2015 e 2016, ainda, houve uma queda no índice de liquidez, porque houve um aumento no Passivo Circulante de 20%, destaque para um aumento significativo de 59% na conta de Fornecedores.

Nos anos de 2016 e 2017 também houve queda no Ativo Circulante, o que contribuiu para a diferença no índice de Liquidez Imediata.

Entre esses últimos anos, também houve aumento no Passivo Circulante, no qual cerca de 73% teve responsabilidade pelo aumento na conta Salários a Pagar de R\$25.653,70, aumento na conta PIS/COFINS/CSLL a pagar de R\$6.740,43 e houve Outras Obrigações com Empréstimos a pagar, o que acarretou em aumento de R\$58.001,77.

Analisando a **Tabela 5**, pode-se perceber que a liquidez seca do hospital analisado, pelos seus indicadores, no primeiro ano analisado de 2015 também teve grande diferença dos demais anos. No primeiro ano para cada R\$1,00 de obrigações a entidade dispunha de R\$4,11 para cumpri-las, em 2016 ela também obteve sucesso, não tão bom quanto no ano anterior, mas, a cada R\$1,00 de obrigações ela dispunha de R\$1,12 para cumprir. Já em 2017 o resultado não foi satisfatório, pois em curto prazo não conseguiu cumprir com suas obrigações.

Liquidez seca, para Ribeiro (2014), mostra a capacidade financeira líquida que a empresa tem para cumprir compromissos a curto prazo, sem os estoques. Quanto maior for este quociente, melhor.

Observando a **Tabela 5**, a partir dos indicadores encontrados na liquidez corrente, foi possível perceber um grande declínio que a entidade enfrentou nos dois últimos anos, porém ela demonstra que conseguirá cumprir com suas obrigações a curto prazo.

O indicador de liquidez corrente, segundo Assaf Neto (2012), indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$1,00 de dívidas de curto prazo.

Analisando a **Tabela 5** é possível perceber, ainda, como que a “saúde financeira” do hospital está e mostra resultados muito bons, pois a curto e a longo prazo ela consegue honrar

com seus compromissos. Houve queda do primeiro ano para os demais anos, porém a entidade apresentou bons resultados.

O indicador de liquidez geral “retrata a saúde financeira de curto e longo prazo da empresa” (ASSAF NETO; LIMA, 2010, p. 108).

Conforme Assaf Neto (2012), o indicador mostra o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e não circulante para cada R\$1,00 que a empresa mantém de dívida.

A **Tabela 5** apresenta os indicadores de estrutura ou de endividamento do hospital, que, para Peres Júnior e Begalli (2015), mostram as linhas de decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos.

TABELA 6 – Indicadores de Estrutura ou de Endividamento do hospital.

Indicadores	2015	2016	2017
Índice de Endividamento (IE)	0,36	0,29	0,15
Participação de Capital de Terceiros (PCT)	0,07	0,08	0,14
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	0,65	0,93	0,15
Imobilização de Recursos não Correntes (IRNC)	0,69	0,88	0,88

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os indicadores de estrutura de capitais, na visão de Ribeiro (2014), servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos Capitais investidos no Patrimônio, mostrando a proporção existente entre os Capitais Próprios e os Capitais de Terceiros.

A entidade apresentou bons resultados quanto ao índice de endividamento, pois em proporção das obrigações totais com as de curto prazo, ela pode mostrar que consegue cumprir com as obrigações.

Analisando a **Tabela 6**, nos três anos, o hospital mostrou que o grau de endividamento está contido, sendo importante destacar que de 2015 a 2017 esse índice foi reduzido.

A partir desse resultado, segundo Ribeiro (2014), pode-se perceber que quanto menor este quociente, melhor, pois quanto menor for o valor para pagar em curto prazo em relação às obrigações totais, mais tempo se tem para quitar todos os compromissos e obter recursos financeiros.

Quanto menor for a Participação de Capital de Terceiros na empresa, de acordo com Ribeiro (2014), menor será seu grau de endividamento. De acordo com os resultados

mostrados na **Tabela 6**, a entidade aumentou o seu grau de PCT, o que não é muito bom para o hospital.

Silva (2010) ressalta que os capitais de terceiros compreendem a soma do Passivo Circulante e não Circulante, representando, portanto, o endividamento total da empresa. Portanto, quanto menor este quociente, melhor.

Em análise da **Tabela 6**, pode-se perceber que os indicadores encontrados pelo grau de imobilização do patrimônio líquido, de 2015 para 2016 houve um salto de 69,89%. Comparando-se os anos de 2016 e 2017 teve uma redução do índice de 0,93 para 0,15.

O indicador de grau de imobilização do patrimônio líquido ou capital próprio, segundo a visão de Peres Júnior e Begalli (2015), mostra o quanto foi aplicado no imobilizado para cada R\$1,00 de patrimônio líquido.

Analisando ainda a **Tabela 6** percebe-se que o indicador de imobilização de Recursos Não Correntes, que é como o imobilizado da empresa possui de vida útil para que ela financie com recursos de longo prazo e não somente com recursos próprios. Em 2015, apresentou 0,69 e teve um aumento para 0,88 no próximo ano e se manteve em 2017.

A entidade mostrou quem tem equilíbrio financeiro porque apresentou resultados inferiores a 1. Porém, observa-se que quanto menor for esse quociente é melhor, e os cálculos mostram que aumentaram esses indicadores.

A empresa investiu no Ativo Fixo para cada R\$1,00 de PL menos exigível a longo prazo.

Bruni (2010) cita que o INRC é um indicador do tipo, quanto menor, melhor. Quanto menos recursos próprios investidos no imobilizado, melhor seria a folga financeira da empresa.

A **Tabela 7**, apresentada a seguir, evidencia os indicadores de lucratividade e rentabilidade do hospital.

TABELA 7 – Indicadores de lucratividade e rentabilidade do hospital.

Indicadores	2015	2016	2017
Margem Líquida (ML)	0,05	-0,009	-0,018
Giro do Ativo (GA)	1,28	1,35	1,38
Retorno sobre os Investimentos (ROI)	0,06	-0,013	-0,025
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL)	0,07	-0,014	-0,029

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os indicadores de rentabilidade, conforme Ribeiro (2014), servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau do êxito econômico obtido pelo Capital investido na empresa. Confrontam-se grupos de contas do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício para se avaliar a rentabilidade. São classificados em giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo ou dos investimentos e rentabilidade do patrimônio líquido.

Analisando a **Tabela 7**, observa-se que os indicadores de Margem Líquida encontrados da entidade analisada, não foram satisfatórios. No ano de 2015, encontrou-se o resultado 0,05 e nos anos seguintes os resultados foram negativos, o que não é muito bom, mas indica que o principal objetivo da entidade não é gerar lucros e nem obter receita líquida, mas prestar serviços de socorro e tratamento para pacientes.

Para Peres Júnior e Begalli (2015), a margem líquida, indica a capacidade da empresa em gerar lucros, comparando com a receita líquida de vendas. Portanto quanto maior for este quociente, melhor.

Observando a **Tabela 7**, pode-se analisar que o indicador de Giro de Ativo foi satisfatório pois no ano de 2015 apresentou o resultado 1,28, e nos dois próximos anos, apresentou um crescimento significativo de 7,8%.

O giro do ativo (GA), de acordo com Iudícibus (2010), expressa quantas vezes o ativo se renovou pelas vendas, ou seja, quanto maior este quociente, melhor, porque mostra quanto que a empresa vendeu para cada R\$1,00 de investimento.

Em análise com a **Tabela 7**, os indicadores encontrados pelo Retorno sobre os Investimentos mostraram que em 2015 o resultado foi 0,06 e nos anos seguintes os resultados forma negativos, o que mostra mais uma vez que a entidade não possui muito interesse em investir e lucrar.

O Retorno sobre o Ativo (ROA), também conhecido com Retorno sobre os Investimentos (ROI), segundo Assaf Neto e Lima (2010), constitui um dos mais importantes indicadores de rentabilidade de uma empresa, mostrando o potencial de geração de lucros por parte da empresa, quando ela teve lucro líquido para cada R\$1,00 de investimento.

Por ser uma entidade que trabalha por meio de atendimento público e particular, mantém-se através de doações, subsídios, donativos e através de receitas por cobrança de consultórios, exames particulares entre outros serviços para pessoas não carentes, ou seja, ela não possui muita lucratividade.

Outro indicador de rentabilidade é o de retorno sobre o patrimônio líquido, que segundo Lins e Francisco Filho (2012), mostra qual foi a taxa de rentabilidade obtida pelo Capital Próprio investido na empresa. Quanto mais alto o retorno sobre o patrimônio líquido, maior lucro obteve a empresa em relação aos valores próprios investidos.

Analisando o último indicador de rentabilidade que é o Retorno sobre o PL, através da **Tabela 7**, a entidade apresentou resultados não muito satisfatórios. No primeiro ano obteve 0,07 e em 2016 e 2017 os resultados mais uma vez foram negativos.

É importante destacar que a entidade realizou várias despesas e em desvantagem com ganho de receitas, apresentando déficit do exercício nos anos de 2016 e 2017, despesas que foram ocasionadas pelas contas de materiais de construção e aumento na conta de Folha de Pagamento, em função de obras de ampliações realizadas no hospital.

A seguir, será apresentada a análise qualitativa do trabalho, que consiste na interpretação das respostas concedidas pela gestora à entrevista aplicada, por meio de análise de conteúdo.

4.2 Análise de Conteúdo

O presente tópico apresenta uma entrevista com a gestora da entidade, mostrando a importância da contabilidade para o Terceiro Setor e saciando objetivos buscados pela pesquisadora, destaque para a análise qualitativa e para o codinome da gestora por G1.

PERGUNTA 1) Qual a finalidade da entidade?

G1 respondeu: “Assistência médica hospitalar com internação, através de convênios, plantões.”

Essa pergunta teve como objetivo classificar qual o ramo que a entidade atende, sendo filantrópica, na área da educação, transporte, segurança, religiosa, na área da saúde, entre outros ramos.

Embasando-se na resposta, pode-se afirmar que o hospital se enquadra numa instituição assistencial, pois conforme o CFC, as instituições exercem atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnico-científicas, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e

interesses coexistentes e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.

PERGUNTA 2) Qual o tempo de funcionamento da entidade?

A gestora entrevistada respondeu: “83 anos.”

O objetivo dessa pergunta foi analisar quanto tempo a entidade está em atividade quanto tempo que ela dedica atendimento a pessoas carentes e desde quando é uma entidade sem fins lucrativos, uma entidade do terceiro setor.

De acordo com a resposta obtida, é possível perceber que a entidade está apta para realizar atendimentos comunitários há muitos anos e que ela se dedica a isso. Atende pacientes locais e da pequena região em que se situa.

PERGUNTA 3) A contabilidade é utilizada na prestação de contas do hospital?

Justifique sua resposta.

G1 apresentou a seguinte resposta: “Sim, com a apresentação dos demonstrativos contábeis nas reuniões.”

O objetivo da pergunta condiz com a resposta da G1 foi muito importante para confirmar a importância das entidades sem fins lucrativos e da contabilidade.

Segundo Rocha Júnior, Araújo e Souza (2015), transparência nessas instituições é fundamental, pois afeta, de maneira direta ou indireta, a sociedade, que pode exigir uma prestação de contas justa e equitativa.

As entidades do terceiro setor, por possuírem objetivos sociais e muitas vezes obterem recursos junto à sociedade, devem apresentar suas demonstrações contábeis com muita transparência para que usuários da informação contábil possam conhecer os seus resultados e averiguar se a entidade está atingindo seus objetivos, conforme a visão de Kruger, Borba e Silveira (2012).

Para maior transparência, os responsáveis pelas demonstrações devem buscar atender à legislação, para tornar as informações confiáveis, podendo, se a renda da instituição for superior ao teto do Simples Nacional, solicitar auditoria independente, para ampliar ainda mais a confiabilidade nos demonstrativos por parte dos usuários.

PERGUNTA 4) Você faz uso dos demonstrativos contábeis para gerenciamento da instituição? Se sim, quais demonstrativos são utilizados?

G1 respondeu da seguinte maneira: “Sim, DRE, Fluxo de Caixa, Balanço Patrimonial, Balancete.”

Em conformidade com a gestora, é possível afirmar que os demonstrativos contábeis auxiliam o hospital e também os contadores, o que é o objetivo da pergunta.

De acordo com Castiglioni (2014), as demonstrações financeiras são relatórios que contêm dados sobre o patrimônio de uma entidade e formam seu sistema contábil. Esses dados têm a finalidade de informar aos usuários a situação estática, do ponto de vista econômico e financeiro, orientando os gestores no processo de tomada de decisão.

É necessária a observância dos seguintes requisitos do art. 151 da Carta Magna: não distribuírem parcela de patrimônio ou de suas vendas a qualquer título; aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

PERGUNTA 5) Além dos relatórios fornecidos pela contabilidade, a entidade possui registros auxiliares para controlar entradas e saídas de numerários (fluxo de caixa) e o registro das doações recebidas (dinheiro, móveis, roupas, etc.)?

A resposta apresentada por G1 foi: “Sim, livro caixa, relatórios para controle financeiro.”

O objetivo da pergunta à gestora foi saber se a entidade utiliza algum recurso auxiliar para controlar recursos recebidos e fluxos de caixa. Isso é muito bom, pois o hospital preocupa-se com esse controle.

PERGUNTA 6) A entidade utiliza algum sistema de custeio específico (Absorção, variável, ABC)? Qual? É utilizado também nas tomadas de decisões?

A resposta apresentada por G1 foi a seguinte: “Não.”

A partir da resposta da G1, é possível perceber que, como a entidade não tem visão voltada para a lucratividade, ela não se preocupa com custos e produção. Não tem muita preocupação se uma tomada de decisão trará receitas para a entidade.

Segundo Cabral (2015), as Organizações do Terceiro Setor (OTS) necessitam de controles claros e eficazes, pois essas não possuem a distribuição de lucros como instrumento de aferição de resultados; assim, os resultados devem ser controlados e revertidos em resultados qualitativos para a sociedade.

Fontoura (2013) diz que métodos de custeio causam impactos nas simulações e apresentação de resultados e tomada de decisões, ainda estes devem ser do entendimento dos principais dirigentes.

PERGUNTA 7) A entidade realiza projeções? É feito orçamento anual na etapa de planejamento? O mesmo é utilizado na avaliação de desempenho? Ou seja, na tomada de decisões?

G1 respondeu: “Não.”

Mais uma vez, a partir da resposta da gestora, percebe-se que o objetivo das entidades do Terceiro Setor é trazer alguma mudança na vida das pessoas, e não visar ao lucro e fazer projeções de como poderia melhorar o desempenho da entidade.

Segundo Lima e Freitag (2014), nas entidades do Terceiro Setor, o controle tem uma função estratégica, uma vez que os recursos são escassos e precisam ser bem geridos. Uma forma de controle pode ser traduzida pelas demonstrações contábeis e pelas informações que podem ser obtidas por meio delas.

PERGUNTA 8) A entidade possui algum título ou certificação concedida pelo Poder Público? Se sim, qual?

A resposta apresentada por G1: “Utilidade Pública, Municipal, Estadual e Federal.”

O hospital analisado, de acordo com a resposta da G1, afirma que a entidade pode receber fomentos do Governo por meio do Título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Título de Organização Social (OS), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Ainda podem ser conferidas às associações e

fundações títulos de utilidade pública federal, estadual ou municipal, do qual não decorre nenhuma isenção. Recebem por servir desinteressadamente à coletividade.

PERGUNTA 9) Em sua opinião, quais as contribuições que a contabilidade traz para auxiliar na gestão dos recursos da entidade?

G1 respondeu da seguinte forma: “Através de relatórios a direção do hospital tem, com precisão, a situação financeira atualizada.”

O objetivo dessa pergunta foi que a resposta satisfizesse um dos objetivos propostos inicialmente nesse trabalho. Enaltecer a importância da Contabilidade para o Terceiro Setor.

Santos (2012) diz que uma organização que não tem uma contabilidade organizada e projetos concretos, dificilmente obterá êxito na captação de recursos, ou seja, os resultados, aliados a uma boa gestão são passos essenciais para a continuidade de uma entidade do Terceiro Setor.

De acordo com Rocha Júnior, Araújo e Sousa (2015), a contribuição da contabilidade para o terceiro setor é indispensável, pois irá auxiliar na administração dos recursos colocados à disposição dos gestores dessas entidades, além de demonstrar de forma clara e segura se esses recursos foram e estão sendo aplicados corretamente para os fins que se destinam.

PERGUNTA 10) Além das demonstrações contábeis obrigatórias, o hospital ainda precisa elaborar prestação de contas a algum outro órgão (Conselho de Administração, governo)? Se sim, a contabilidade auxilia nessa prestação de contas?

G1 respondeu que: “Não, é elaborada pela contabilidade, mas quando necessário, presta seus serviços.”

Diante desse cenário, a pergunta teve como intuito a observância dos seguintes requisitos do art. 151 da Carta Magna, de não distribuírem parcela de patrimônio ou de suas vendas a qualquer título, de aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais e de manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

PERGUNTA 11) Os demonstrativos contábeis estão disponíveis para todas as pessoas que quiserem ter acesso?

G1 respondeu da seguinte maneira: “São disponibilizadas para a direção do hospital.”

O objetivo da pergunta é afirmar se os demonstrativos estão disponíveis e de fácil acesso para a população. Por ser uma entidade filantrópica, estes devem estar acessíveis aos beneficiados.

PERGUNTA 12) Vocês realizam algum tipo de análise de demonstrações contábeis, principalmente sobre Balanço Patrimonial e DRE, para verificar a situação econômica e financeira da entidade? Se sim, como é feita a análise e como a mesma auxilia no processo de tomada de decisões?

A resposta dada por G1 foi: “Quando solicitado, a contabilidade disponibiliza um profissional para cada área trabalhista, previdenciária, fiscal, contábil e orientações sobre a legislação a ser aplicada.”

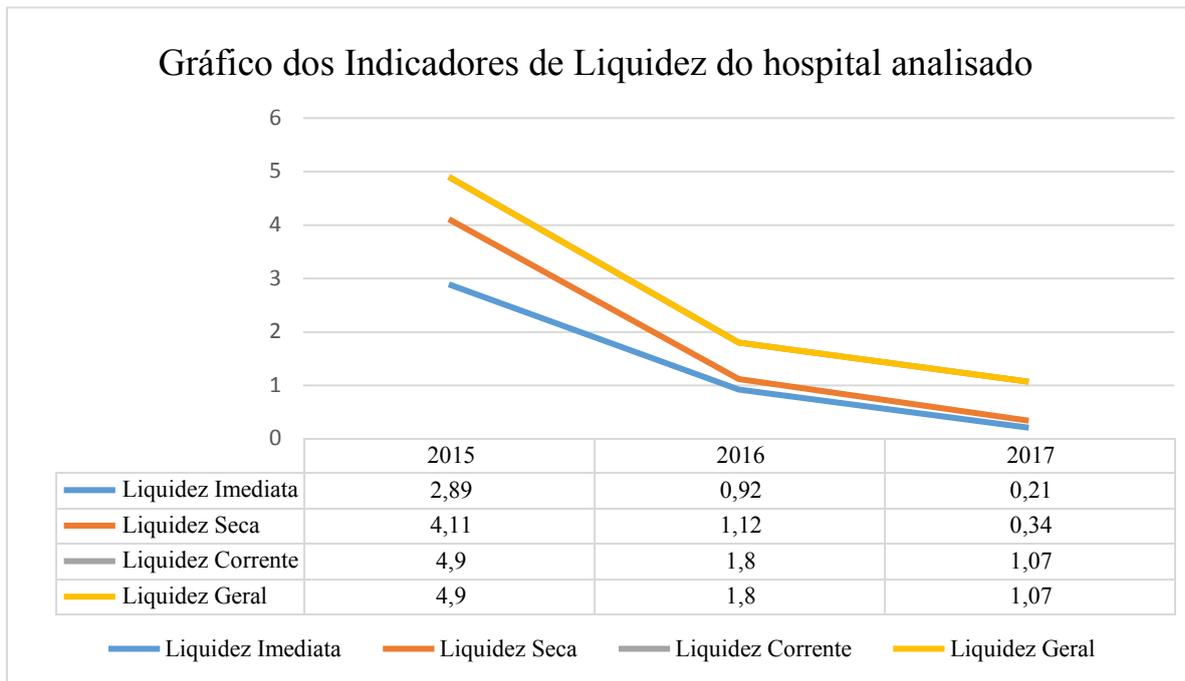
O objetivo dessa pergunta foi enaltecer a importância das análises financeiras para que dê sentido realizar tais cálculos para interpretar a situação econômica e financeira da entidade.

A Análise das Demonstrações Contábeis, de acordo com Ferrari (2012), tem por objetivo a obtenção, comparação e interpretação de indicadores, sendo que estes índices ou quocientes são calculados a partir de elementos demonstrativos contábeis com o intuito de fornecer aos seus usuários a situação econômica, financeira, patrimonial da entidade geradora das demonstrações.

4.3 Síntese dos Resultados e Discussão

Nesta seção, foram abordadas duas partes: quantitativa e qualitativa. No tratamento dos indicadores financeiros econômicos encontrados nas análises das demonstrações contábeis, no geral, apresentou uma preocupação na gestão da entidade estudada.

Na **Figura 2**, é possível perceber claramente como houve uma queda dos indicadores de liquidez no decorrer dos anos de 2015 a 2017. Índices de liquidez mostram a capacidade da empresa em honrar com seus compromissos a curto ou a longo prazo.

Figura 2-Gráfico dos Indicadores de Liquidez do hospital.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

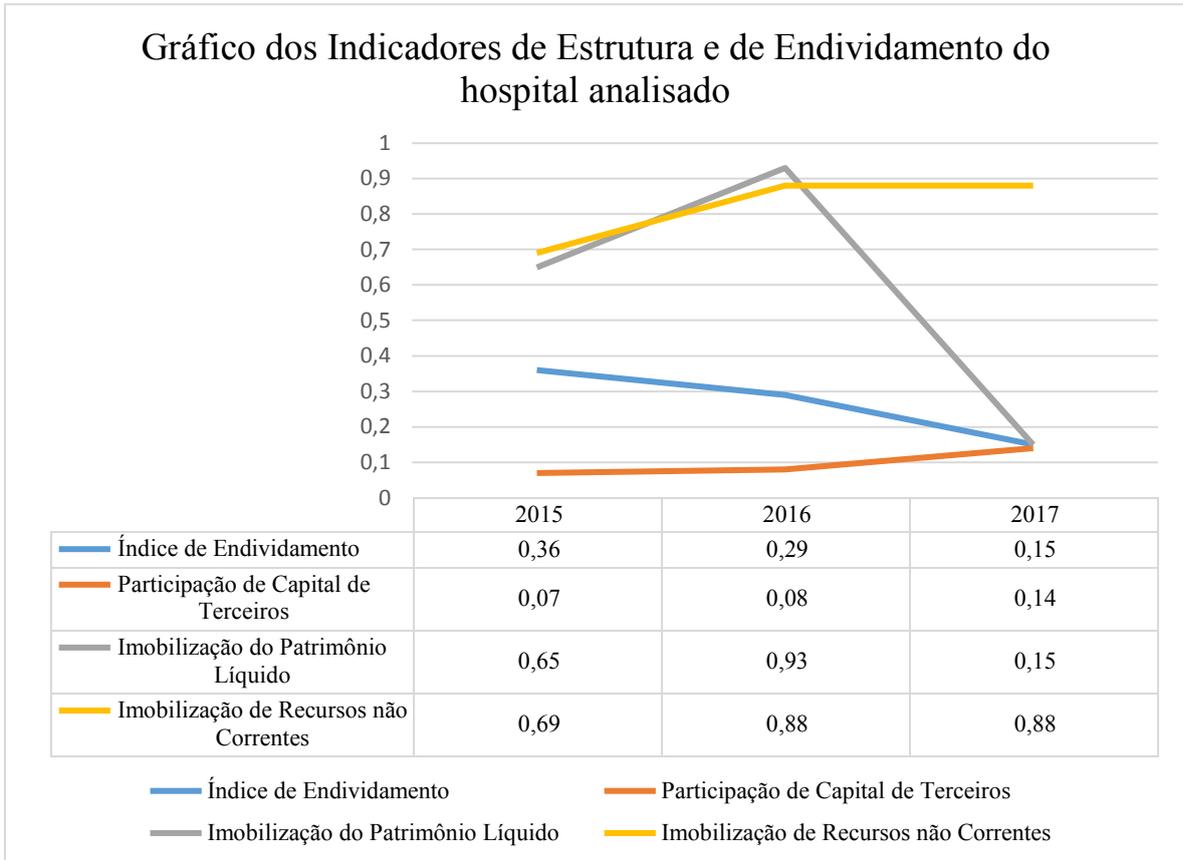
Na **Figura3**, é possível perceber que o índice de endividamento da entidade teve um declínio o que é bom, pois ela conseguiu quitar com suas obrigações e quanto menor esse quociente, melhor.

Quanto à Participação de Capital de Terceiros, quanto menor for essa participação, é melhor para a empresa. O gráfico nos mostra que a entidade aumentou esse grau, o que não é muito satisfatório.

Em observância à **Figura 3**, é possível perceber que a empresa teve um declínio em seu indicador de Imobilização do PL, que indica quanto de aplicação teve no imobilizado para cada R\$1,00 de patrimônio líquido.

Observa-se também, que no índice de Imobilização de Recursos não-correntes, teve um aumento de 2015 para 2016 e depois se estagnou, o que é não é muito bom, pois quanto menor, melhor.

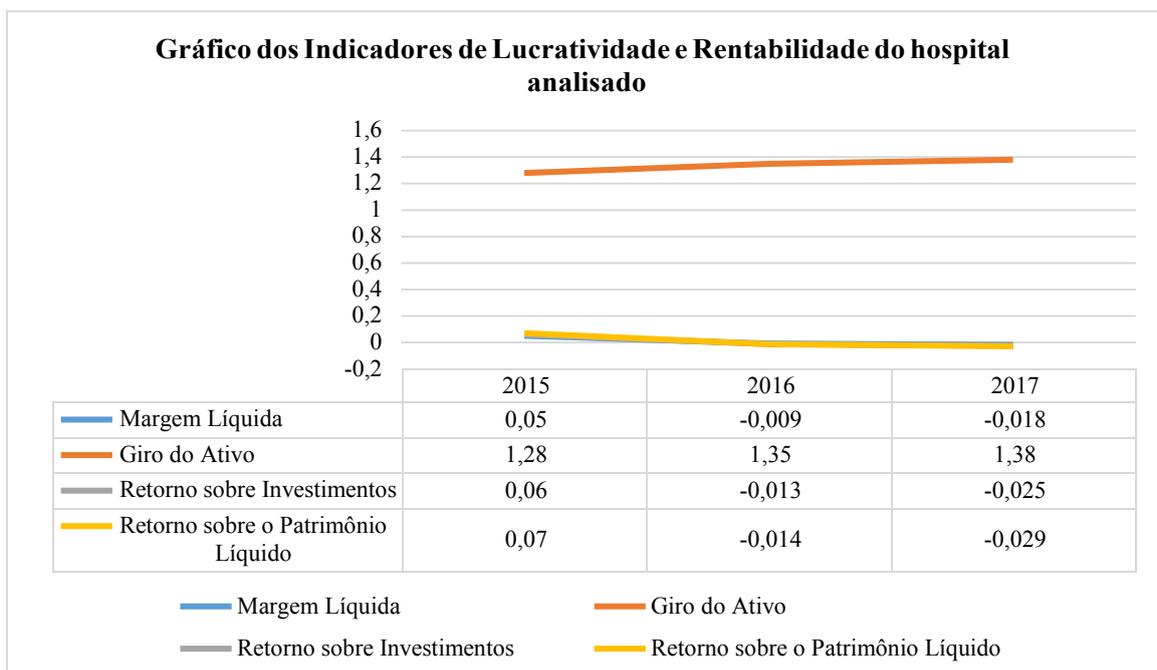
Figura 3-Gráfico dos Indicadores de Estrutura e de Endividamento do hospital.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A **Figura 4**, a seguir, mostra os indicadores de lucratividade e rentabilidade do hospital.

Figura 4-Gráfico dos Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade do hospital.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na **Figura 4**, é possível perceber que o índice de margem líquida teve declínio, o que não é muito bom, pois quanto maior, melhor. Mas, como uma entidade do Terceiro Setor não tem o intuito de gerar lucros, o resultado foi esperado.

O índice de Giro do Ativo, em observação da **Figura 4**, indica que houve um aumento, o que indica positividade, pois mostra a capacidade da entidade de produzir rendimento.

O índice de Retorno sobre Investimentos teve uma queda o que não é muito satisfatório, pois quanto maior, melhor. E, por último, analisando o índice de Retorno sobre o PL, que também caiu, conforme apresentado na **Figura 4**, mostrou-se insatisfatório, mas é importante salientar que o intuito da empresa não é gerar lucros.

Pode-se resumir que quanto à parte qualitativa da análise de conteúdo, as respostas encontradas pela gestora da entidade foram esperadas e conseguiram responder aos objetivos expostos no início desse estudo de caso. A importância da contabilidade está explícita nas atividades do hospital, como ela é usada em tomada de decisões, em reuniões com a diretoria e no controle da situação financeira e econômica.

5 CONCLUSÃO

Assim como o setor público e privado, o terceiro setor necessita da contabilidade para ter um controle financeiro, como em prestação de contas, gestão e gerenciamento. As entidades sem fins lucrativos têm o intuito de atender às necessidades básicas da população e suprir deficiências políticas e serviços públicos.

O presente estudo de caso teve como objetivo principal reconhecer a importância da contabilidade para uma entidade do Terceiro Setor. Os resultados foram satisfatórios, pois de acordo com as respostas da gestora do hospital, a contabilidade é importante no dia a dia da gestão hospitalar.

O trabalho apresentou as particularidades do Terceiro Setor e como a contabilidade auxilia essas organizações. Os resultados obtidos a partir dos indicadores econômicos financeiros foram esperados porque a casa de saúde estudada está passando por processo de reformas. A presente pesquisa atendeu aos objetivos propostos inicialmente, pois contextualizou entidades do Terceiro Setor, apresentou legislações que são e devem ser aplicadas às essas entidades, identificou as contribuições da contabilidade para o hospital em análise e verificou seu desempenho financeiro e econômico.

O estudo de caso apresentado teve como objetivo geral demonstrar como a contabilidade contribui para uma entidade do terceiro setor. Através da análise conteúdo que teve como ferramenta uma entrevista realizada com a gestora do hospital, pode-se concluir o quanto ela é importante no processo de tomada de decisões, gestão e gerenciamento. Através da análise dos indicadores financeiros e econômicos obteve-se a situação na qual o hospital se encontra. Alguns índices encontrados mostraram preocupação para a entidade, porém ela pode procurar melhorar essa situação levando em consideração os cálculos feitos pela autora desse estudo e analisar o que pode ser mudado ao seu alcance.

Os objetivos específicos foram sanados diante de dois momentos: os dois primeiros que foram contextualizar entidades do terceiro setor e apresentar a legislação aplicada às essas entidades foram respondidos no decorrer do trabalho a primeiro momento e em segundo momento o trabalho apresentou as contribuições da contabilidade para o hospital e verificou seu desempenho econômico através dos resultados e discussões dispostos.

A função fim de uma entidade sem fins lucrativos não é visar ao lucro e sim a melhoria na vida das pessoas, já que muitas vezes são criadas para suprir necessidades não saciadas pelo governo. Os indicadores encontrados afirmam esse fato, pois muitos resultados mostraram que a entidade não se preocupa muito com lucratividade.

A contabilidade gerencial para o Terceiro Setor é importante, pois ela deve estar sempre acompanhando as mudanças do mercado de trabalho, buscando novas formas de ajudar seus colaboradores e beneficiados, o que seria uma boa sugestão. A direção do hospital poderia levar em consideração preocupar-se mais no gerenciamento e verificar métodos de custeio para considerar gastos desnecessários. No processo de tomada de decisões, o contador tem papel fundamental porque participa do planejamento e controle da empresa.

Uma sugestão importante seria melhorar a gestão do hospital, tentar otimizar os serviços prestados para que os gastos sejam menores, como em folhas de pagamentos e com obras realizadas no prédio da entidade. Hospitais autônomos possuem sistemas que possibilitam o controle de condições financeiras e operacionais e conseguem incentivo de empresas de planos de saúde e serviços, sendo de relevante importância o bom gerenciamento hospitalar para o seu funcionamento.

O papel do contador vai muito além de prestar serviços contábeis, ele está diretamente envolvido com a sociedade e deve preocupar-se com soluções que auxiliem nas tomadas de decisões, muitas vezes é ele quem cuida da “saúde” da empresa. Foi evidenciado esse papel, mostrando mais uma das áreas de atuação desse profissional. Mostrou também o quanto essa entidade estudada preocupa-se com o bem estar das pessoas, dos seus pacientes e quanto ela se empenha para desenvolver suas atividades.

Dentre as limitações da pesquisa cita-se o fato de a entrevista ter sido aplicada somente para a gestora do hospital. Para resultados mais interessantes sugere-se novos estudos com o envolvimento da diretoria da instituição.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico e financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Fundamentos de Administração Financeira**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATRILL, Peter. **Contabilidade Gerencial para tomada de decisão**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

AZEVEDO, Osmar Reis; SENNE, Silvio Helder Lencioni. **Obrigações Sociais das Entidades sem fins lucrativos e Sociedades Cooperativas**. 1. Ed. São Paulo: IOB Thompson, 2006.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por ações. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional, 1976.

_____. Lei nº 12.101, de 22 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília; Imprensa Nacional, 2009.

_____. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília; Imprensa Nacional, 2003.

_____. Lei nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília; Imprensa Nacional, 2002.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação das pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília; Imprensa Nacional, 1999.

_____. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicitação, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília; Imprensa Nacional, 1998.

_____. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende as sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Nacional, 2007.

CABRAL, Eloisa Helena de S. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASTIGLIONI, José Antônio Mattos. **Assistente de Contabilidade: guia prático**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <www.cpc.org.br/cpc/documentos-emitidos/pronunciamentos.html>; Acesso em: 15 de maio de 2018.

FERRARI, Ed Luiz. **Análise de Balanços**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira Da. **Gestão de custos: uma visão integradora e prática dos métodos de custeio**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FRANÇA, José Antônio *et al.* **Manual de Procedimentos do Terceiro Setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília: FBC, 2015.

GIEHH, Pedro Roque *et al.* **Elaboração de Projetos Sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

GRAZIOLLI, Airton, RAFAEL, Edson José. **Fundações Privadas: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRUGER, L.M; BORBA, J.A; SILVEIRA, D. **Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<https://convibra.org.br>> Acesso em: 12/08/2018.

LIMA, Gudian M. Loureiro; FREITAG, Viviane da Costa. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: teoria e prática**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e Análise das Demonstrações Contábeis: uma abordagem interativa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. edição. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das demonstrações contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAES, José Eduardo Sabo. **Terceiro Setor e Tributação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PERES JÚNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e Análise das demonstrações financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PIMENTEL, F.S; MOTA FILHO, C.S; ALENCAR, R.C. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni. **Estrutura e análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA JÚNIOR, Arlindo Luiz; ARAÚJO, Elaine Cristina de; SOUZA, Kátia Luiza Nobre de. **Sociedade em Conta de Participação**. 1. ed. São Paulo: SAGE, 2015.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Suely Xavier dos. **Organização do Terceiro Setor**. 1. ed. Natal: EdUNP, 2012.

SCHEUNEMANN, Arno Vorpagel; RHEINHEIMER, Ivone. **Administração do Terceiro Setor**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ULBRA, Universidade Luterana do Brasil. **Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis**. 1. ed. Curitiba: Ibplex, 2009.

VECINA NETO, Gonzalo, MALIK, Ana Maria. **Gestão em Saúde**. 2. ed. Guanabara: Koogan, 2016

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; PACCEZ, Domiraci; MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Fundamentos da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANEXOS

ANEXO A - Balanço Patrimonial do Hospital.....	72
ANEXO B - Demonstração do Resultado do Exercício do Hospital.....	78
ANEXO C - Modelo de Entrevista.....	83

ANEXO A – Balanço Patrimonial do Hospital

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2015			
Ativo		Passivo	
CIRCULANTE	785.047,44	PASSIVO CIRCULANTE	160.075,17
Caixa		FORNECEDORES	
caixa	3.762,95	FORNECEDORES	5.536,15
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0	MULTITEC TELEINFORMÁTICA LTDA	178
Banco do Brasil SA 2027-3	37.050,77	ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA EIRELI	869,85
Caixa Econômica Federal 00059-1	3.662,89	MASTER CLEAN HIGIENIZAÇÃO PROFISSIONAL	3.092,50
Banco Bradesco SA 0542-8	1	GABRIELA DE BARROS CAMPERA- ME	1.700,00
Banco Itaú SA0609-5	2.598,83	CENTRAL DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIO LTDA	4.362,09
Banco COOPCREDI 154001-7	808,65	FARMACONN LTDA	6.494,98
CREDINDAIA 3.040-6	805,19	Dismater Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda	5.700,00
SicoobCoopcredi Conta 2619001-0	12,43	Indalabor Indaiá LabFarmac LTDA	1.376,24
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA	0	Clínica HolsbackGoesLtda-ME	0,11
APLICAÇÕES FINANCEIRAS BANCO DO BRASIL	3.729,92	Rogério Veriano Lopes de Oliveira-ME	650
APLICAÇÕES FINANCEIRAS COOPCREDI	525,26	Roberto Elias do Nascimento-ME	0,01
APLICAÇÕES FINANCEIRAS BRADESCO	1.059,21	Acácia Comércio de Medicamentos Ltda	5.919,77
FAF Caixa Econômica Federal 59-1	45.041,80	Med Center Comercial Ltda	2.567,91
Aplicação SICCOB - RDC Longo CDI (3.040-6)	44.569,68	Brasfilme Comércio Empreendimentos e Participações Ltda	6.711,66
Caixa Econômica Federal Conta 003.00000669-7	38.303,82	Cofermapa Ltda- EPP	286
Poupança Caixa Econômica Federal 00000713-8	281.458,71	Expansão Diagnósticos Ltda	680
CLIENTES	0	Saúde Lopes Ltda - EPP	98,02
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MG	3.965,82	Dihospi Comércio de ArtMedHospit Ltda	1.597,00
IPSEMG	15.111,46	Coop. Agropecuária de Bom Despacho Ltda	123,35
VIVAMED	14.907,92	Viva- Comércio Atacadista de Medicamentos Ltda- ME	1.163,74
CEMIG SAÚDE	199,46	Rio GB Papeis EIRELI	1.120,00
COPASA- COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MG	546	Megafort Distribuidora Imp. E Exp. Ltda	1.293,80
PREFEITURA MUNICIPAL DO	230	Intituto Hermes Pardini Ltda	7.250,90

CEDRO DE ABAETÉ			
ADIANTAMENTOS	0	OUTRAS OBRIGAÇÕES	
Adiantamentos a Fornecedores	160.000,00	Empréstimos a pagar- Coopcredi	8.078,45
Medicamentos e Material	0	CHEQUE EM TRANSITO	
Medicamentos e materiais	126.695,67	Cheques em transito	4.648,08
ATIVO PERMANENTE	1.653.521,78	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	
APARELHOS HOSPITALARES		INSS	12.393,40
Aparelhos Hospitalares	988.001,32	IRRF-PF Folha (0561)	3.349,24
MOVEIS E UTENSÍLIOS		FGTS	9.969,66
Móveis e Utensílios	100.740,50	Contribuição Sindical Empregados	3.863,93
PRÉDIOS E DEPENDÊNCIAS		Salário a pagar	27.320,47
Prédio	534.779,96	PIS s/ folha (8301)	1.612,42
TERRENO		PIS/ COFINS/CSLL a pagar (5952)	8.789,17
Terreno	30.000,00	Empréstimo Consignado Funcionários	5.471,07
		IRRF-PF Sem Vínculo Empregatício (0588)	12.561,61
		IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	
		IRRF-PJ (1708)	3.245,59
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.278.494,05
		Patrimônio Social	
		Fundo Patrimonial	1.300.870,74
		VERBAS E CONVÊNIOS	
		Verba federal aquisição de equipamentos	500.000,00
		Verba federal aquisição de equipamentos	107.000,00
		Convênio	199.993,03
		SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	
		Superávit do exercício	170.630,28
TOTAL DO ATIVO	2.438.569,22	TOTAL DO PASSIVO	2.438.569,22

Balço Patrimonial Encerrado em 31/12/2016			
Ativo		Passivo	
CIRCULANTE	347.711,85	PASSIVO CIRCULANTE	192.878,77
CAIXA	0	FORNECEDORES	
caixa	5.110,59	Fornecedores	9.383,23
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0	Master Clean Higienização Profissional	278,92
	0,00	Central de artigos para laboratórios	1.385,49

		Ltda	
Caixa Econômica Federal 00059-1	19.765,72	Indalabor Indaiá LabFarmac LTDA	418,32
Banco Bradesco SA 0542-8	1	Clínica Médica e Odontológica Vieira Ltda	31,78
Banco Itaú SA0609-5	1.626,67	Café Indaiá Ltda	305,46
Banco COOPCREDI 154001-7	2.200,78	Brasfilme Comércio Empreendimentos e Participações Ltda	1.636,66
CREDINDAIA 3.040-6	6.493,23	Coop. Agropecuária de Bom Despacho Ltda	92,40
SicoobCoopcredi Conta 2619001-0	6.177,24	Fund Centro Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais	2.114,16
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA	0	Lab Shopping Diagnóstica Ltda	20.460,80
APLICAÇÕES FINANCEIRAS BRADESCO	1.134,83	Instituto Hermes Pardini S/A	10.244,45
FAF Caixa Econômica Federal 59-1	21.519,43	RAF Dist de Produtos Hosp Ltda	1.620,00
Aplicação SICOOB - RDC Longo CDI (3.040-6)	3.224,37	Creative Copias Ltda	1.745,63
Banco do Brasil BB RF CP Automático	50.235,31	CHEQUE EM TRANSITO	0,00
Caixa Econômica Federal Conta 003.00000669-7	42.379,58	Cheques em transito	7.824,40
Poupança Caixa Econômica Federal 00000713-8	18.030,69	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	0
CLIENTES	0,00	INSS	8.983,37
CASSI- MG	573,09	IRRF- PF Folha (0561)	3.744,84
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MG	8.160,79	FGTS	11.602,97
IPSEMG	14.717,30	Contribuição Sindical Empregados	3.970,45
CEMIG SAÚDE	497,03	Salário a pagar	80.023,10
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.049,60	PIS s/ folha (8301)	2.615,73
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL	3.990,00	PIS/ COFINS/CSLL a pagar (5952)	7.059,40
PREFEIRURA MUNICIPAL SERRA DA SAUDADE	7.329,37	Empréstimo Consignado Funcionários	4.385,17
FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL	328,19	IRRF-PF Sem Vínculo Empregatício (0588)	10.368,00
FUNDAÇÃO SAÚDE ITAU	750,90	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00
FUNDAFEMG- FUND. AFFEGM DE ASSIS. E SAUDE	302,8	IRRF-PJ (1708)	2.584,04
COPASA- COMPANHIA DE SANEAMENTO	952,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.305.239,7 3
AMIL- ASSISTÊNCIA MEDICA INTERNACIONAL	152,34	Patrimônio Social	
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ	350	Fundo Patrimonial	1.471.501,0 2

RAQUEL PIRES VASCONCELOS	152,00	VERBAS E CONVÊNIOS	
JOANA GEUSLI DA CRUZ	50	Verba Estadual Aquisição de Equipamentos	60.000,00
Medicamentos e Material	0,00	Verba federal aquisição de equipamentos	500.000,00
Medicamentos e Materiais	130.457,00	Verba federal aquisição de equipamentos	107.000,00
ATIVO PERMANENTE	2.150.406,65	Convênio	199.993,03
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		DÉFICIT DO EXERCÍCIO	
Máquinas e equipamentos	15.983,24	Déficit do exercício	-33.254,32
APARELHOS HOSPITALARES			
Aparelhos hospitalares	1.462.735,67		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
Móveis e utensílios	106.907,78		
PRÉDIOS E DEPENDÊNCIAS			
Prédio	534.779,96		
TERRENO			
Terreno	30.000,00		
TOTAL DO ATIVO	2.498.118,50	TOTAL DO PASSIVO	2.498.118,50

Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2017			
Ativo		Passivo	
CIRCULANTE	340.444,83	PASSIVO CIRCULANTE	316.853,16
CAIXA		FORNECEDORES	
caixa	3.746,70	FORNECEDORES	4.798,09
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0	CENTRAL DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIO LTDA	1.592,01
Caixa Econômica Federal 00059-1	1.220,65	Serviços Médicos e Ultrassonografia Corporal Ltda EPP	0,01
Banco Bradesco SA 0542-8	193,90	Clínica Médica e Odontológica Vieira Ltda-ME	1.661,12
Banco Itaú SA0609-5	133,34	Clínica Equilíbrio Ltda-ME	4.500,00
Banco COOPCREDI 154001-7	603,00	Saúde Lopes Ltda - EPP	0,02
CREDINDAIA 3.040-6	436,4	Instituto Mineiro de Dosimetria e Radioproteção EIRELI-EPP	333,34
SicoobCoopcredi Conta 2619001-0	50.141,21	Lab Shopping Diagnóstica Ltda	1.132,85
Caixa Econômica Federal C/C	180,5	Clínica Crescer Ltda-ME	1.876,98

669-7			
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA	0	Instituto Hermes Pardini S/A	6.455,35
Aplicações Financeiras Bradesco	214,75	Delama Rezende Ribeiro Araújo	2.600,00
Aplicação SICOOB - RDC Longo CDI (3.040-6)	3.503,79	João Luíz Alves de Araújo	15.882,70
Banco do Brasil BB RF CP Automático	8.461,86	Debdora Alves de Moraes	854,00
CLIENTES	0,00	Megadados Ltda-EPP	1.400,00
CASSI-MG	795,76	Texmedy Comércio e Indústria Textil Hospitalar EIRELI-ME	1.606,49
IPSEMG	21.932,65	Haroldo Gomes da Rocha	3.778,00
Caixa Econômica Federal	1.907,10	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0
Prefeitura Municipal de Quartel Geral	2.554,74	Empréstimos a pagar- Coopcredi	18.846,92
Prefeitura Municipal da Serra da Saudade	7.329,37	Empréstimos Particular	15.000,00
Fundação Libertas de Seguridade Social	478,18	Adiantamento de Clientes	24.154,85
Fundação Saúde Itaú	1.386,07	CHEQUE EM TRANSITO	0,00
FUNDAFEMG - Fund AFFEMG de Assis e Saúde	103,9	Cheques em transitos	11.626,31
Caixa de Assis e Saúde dos Empr dos Correios	557,82	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	0,00
COPASA - Companhia de Sanemaneto de MG	640,5	INSS	19.161,49
MEDISANISTAS Brasil	570,88	IRRF-PF Folha (0561)	11.137,62
Ewerton Pereira de Sousa	72,00	FGTS	22.382,80
EMPRÉSTIMOS	0	Contribuição Sindical Empregados	31,23
Empréstimos a Funcionários	3.148,15	Salário a pagar	105.676,80
Medicamentos e Material	0,00	PIS s/ folha (8301)	6.095,15
Medicamentos e Materiais	230.131,61	PIS/ COFINS/CSLL a pagar (5952)	13.799,83
ATIVO PERMANENTE	2.193.160,75	Empréstimo Consignado Funcionários	3.249,39
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0	IRRF-PF Sem Vínculo Empregatício (0588)	13.133,55
Máquinas e equipamentos	58.737,34	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00
APARELHOS HOSPITALARES	0	IRRF-PJ (1708)	4.086,26
Aparehos hospitalares	1.462.735,67	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.216.752,42
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0	´PATRIMÔNIO SOCIAL	
Móveis e utensílios	106.907,78	Fundo Patrimonial	1.438.246,70
PRÉDIOS E DEPENDÊNCIAS	0	VERBAS E CONVÊNIOS	
Prédio	534.779,96	verba estadual aquisição de equipamentos	60.000,00
TERRENO	0	Verba federal aquisição de	481.901,15

		equipamentos	
Terreno	30.000,00	Verba federal aquisição de equipamentos	101.633,62
		Convênio	199.993,03
		DÉFICIT DO EXERCÍCIO	
		Déficit do exercício	-65.022,08
TOTAL DO ATIVO	2.533.605,58	TOTAL DO PASSIVO	2.533.605,58

ANEXO B – Demonstração do Resultado do Exercício do Hospital

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015	
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	
Receita Bruta de Serviços PJ	720.036,43
Receitas de Internações	126.812,04
Receitas de Medicamentos	21.630,65
Receitas de Radiologia	59.237,00
Receitas de ultrassonografia	92.505,00
Convênio SUS Interno	385.966,15
Aluguel de Consultório	7.752,00
Receitas de Laboratório	139.636,11
Convênio SULAMERICA	273,87
Convênio Bradesco	12.319,78
Receita de Eletrocardiograma	480,00
Receita de Endoscopia	9.544,00
Convênio Prefeitura Plantão	951.978,46
Receita de Mamografia	29.169,00
Convênio SUS Externo	74.569,68
Fundo Municipal de Saúde	440.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	
Juros Recebidos	117,75
Descontos Obtidos	314,22
Aplicações Financeiras	21.619,01
RECEITAS EVENTUAIS	
Donativos	50.845,50
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Água	-19.280,32
Plano de Saúde AFABB	-5.894,00
Brindes e Donativos	-286,50
Conservação e Manutenção	-842,50
Despesa Postais	-2.973,48
Gêneros para Cozinha	-313,21
Despesas de Viagens	-5.835,06
Descontos Concedidos	-273,79
Material de Consumo-Escritório	-21.658,86
Conselho Regional de Medicina	-704,00
F.G.T.S	-80.126,01
Assinaturas/Concursos	-2.463,27
Despesas c/ Serviços de Terceiros (PJ)	-940.736,04
Despesas c/ Serviços de Terceiros (PF)	-408.953,96
Despesas Diversas	-477,70
Taxas Diversas	-790,14
Gasto com Cartório	-157,93
Xerox/Autenticações	-862,75

Lanches e Refeições	-3.416,16
Material para Construção	-6.567,28
Associações e Entidades de Classe	-5.237,11
Pequenas Imobilizações	-1.160,51
Energia Elétrica	-27.375,69
Telefone	-22.100,67
Folha de Pagamento	-993.168,42
Horas Extras	-708,18
Insalubridade	-788,00
Fretes	-120,00
Material de Consumo	-229.335,08
Medicamentos e Materiais	-161.236,18
Juros Pagos	-1.224,54
Mensalidade Fed. Das Santas Casas	-3.980,00
Mensalidade Assoc. Hosp.Filant.MG	-2.395,25
Material de Limpeza	-38,87
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
PIS Folha de Pagamento	-9.934,16
IRRF	526,86
DESPESAS FINANCEIRAS	
Juros Passivos	-153,21
Descontos Concedidos	-5,86
Despesas Bancárias	-4.165,85
Multas	-8.962,69
RESULTADO DO EXERCÍCIO	170.630,28

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016	
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	
Receita Bruta de Serviços	781.200,95
Receitas de Internações	136.382,05
Receitas de Medicamentos	32.614,45
Receitas de Radiologia	74.261,00
Receitas de ultrassonografia	98.286,00
Convênio SUS Interno	332.259,00
Aluguel de Consultório	8.708,00
Receitas de Laboratório	217.959,42
Receita de Ambulatório	4.002,12
Convênio SULAMERICA	244,75
Convênio Bradesco	8.295,37
Receita de Eletrocardiograma	155,00
Receita de Endoscopia	16.066,50
Convênio Prefeitura Plantão	1.055.000,00
Receita de Mamografia	40.220,00
Convênio SUS Externo	52.075,44
Receita Lavanderia	45,00

Fundo Municipal de Saúde	480.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	
Juros Recebidos	30,00
Descontos Obtidos	948,46
Aplicações Financeiras	24.977,15
RECEITAS EVENTUAIS	
Bonificações	1.354,00
Donativos	11.474,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Água	-22.070,80
Plano de Saúde AFABB	-5.754,00
Despesa Postais	-3.401,55
Despesas Viagens de Doadores de Sangue	-2,00
Genêros para Cozinha	-1.002,80
Despesas de Viagens	-3.824,21
Descontos Concedidos	-454,47
Honorários Contábeis	-23.800,00
Material de Consumo-Escritório	-20.249,69
Conselho Regional de Medicina	-767,00
F.G.T.S	-92.536,42
Assinaturas/Concursos	-5.447,49
Despesas c/ Serviços de Terceiros (PJ)	-1.216.284,18
Despesas c/ Serviços de Terceiros (PF)	-247.328,32
Despesas Diversas	-5.630,40
Taxas Diversas	-142,50
Combustíveis e Lubrificantes	-108,78
Gasto com Cartório	-3.167,81
Xerox/Autenticações	-1.091,14
Lanches e Refeições	-546,70
Material para Construção	-18.747,17
Associações e Entidades de Classe	-5.172,22
Pequenas Imobilizações	-929,00
Energia Elétrica	-38.865,01
Telefone	-26.456,31
Folha de Pagamento	-1.212.738,13
Horas Extras	-863,23
Insalubridade	-176,00
I.N.S.S	-703,94
Material de Consumo	-137.152,60
Medicamentos e Materiais	-260.032,26
Juros Pagos	-25.859,03
Mensalidade Fed. Das Santas Casas	-3.155,00
Mensalidade Assoc. Hosp.Filant.MG	-2.082,30
Taxa Conselho Regional de Radiologia	-18,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
PIS Folha de Pagamento	-11.574,27

IRRF	-970,56
DESPESAS FINANCEIRAS	
Despesas Bancárias	-5.774,99
Multas	-4.913,61
Juros e Multas Indedutíveis	-2,08
IOF s/ Aplicações Financeiras	-17,01
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-33.254,32

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017	
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	
Receita Bruta de Serviços PJ	701.548,16
Receitas de Internações	160.302,95
Receitas de Medicamentos	29.646,23
Receitas de Radiologia	54.605,00
Receitas de ultrassonografia	137.911,24
Convênio SUS Interno	310.578,36
Convênio Telemig	380,00
Aluguel de Consultório	5.685,00
Receitas de Laboratório	204.078,93
Convênio SULAMERICA	1.591,39
Convênio Bradesco	12.357,27
Receita de Eletrocardiograma	100,00
Receita de Endoscopia	50.375,75
Convênio Prefeitura Plantão	1.230.000,00
Receita de Mamografia	44.495,00
Convênio CEMIG Saúde	1.120,58
Convênio Copasa Saúde	1.816,50
Convênio SUS Externo	48.129,18
Fundo Municipal de Saúde	480.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	
Juros Recebidos	30,00
Descontos Obtidos	188,18
Aplicações Financeiras	3.569,67
RECEITAS EVENTUAIS	
Donativos	19.076,40
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Água	-19.347,58
Plano de Saúde AFABB	-4.592,00
Brindes e Donativos	-265,00
Conservação e Manutenção	-22,00
Despesa Postais	-3.382,46
Despesas Viagens de Doadores de Sangue	-222,50
Gêneros para Cozinha	-6.033,90
Despesas de Viagens	-2.868,70
Honorários Contábeis	-34.900,00

Material de Consumo-Escritório	-15.052,58
Conselho Regional de Medicina	-938,89
F.G.T.S	-124.774,75
Assinaturas/Concursos	-4.743,61
Seguros Diversos	-283,55
Despesas c/ Serviços de Terceiros (PJ)	-1.419.281,43
Despesas c/ Serviços de Terceiros (PF)	-233.709,38
Despesas Diversas	-9.798,20
Taxas Diversas	-1.381,87
Combustíveis e Lubrificantes	-431,67
Xerox/Autenticações	-91,90
Lanches e Refeições	-7.746,53
Material para Construção	-41.911,16
Associações e Entidades de Classe	-3.088,10
Pequenas Imobilizações	-609,00
Mensalidades	-1.974,30
Energia Elétrica	-43.982,76
Telefone	-22.149,82
Folha de Pagamento	-1.250.866,28
Horas Extras	-440,07
Insalubridade	-749,60
Fretes	-75,20
Material de Consumo	-61.832,85
Medicamentos e Materiais	-203.418,96
Juros Pagos	-1.851,91
Mensalidade Fed. Das Santas Casas	-3.500,07
Mensalidade Assoc. Hosp.Filant.MG	-347,05
Material de Limpeza	-4.946,25
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
PIS Folha de Pagamento	-12.293,91
IRRF	-0,09
DESPESAS FINANCEIRAS	
Juros Passivos	-5.693,25
Despesas Bancárias	-6.396,72
Multas	-6.611,86
IOF s/ Aplicações Financeiras	-0,16
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-65.022,08

ANEXO C – Modelo de Entrevista

Está sendo realizado um estudo de caso em um hospital do Centro-Oeste de Minas Gerais, com o objetivo de realizar o Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis na FASF – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco (Luz/MG). A pesquisa refere-se às contribuições da contabilidade para uma entidade do terceiro setor, visando demonstrar sua importância para a administração da instituição.

- Todas as respostas são confidenciais, portanto não coloque seu nome ou outra forma de identificação na entrevista.

-Sua contribuição é muito importante. Responda sinceramente, expressando exatamente o que pensa e sente a respeito do que está sendo perguntado. Não existem respostas certas ou erradas. A melhor resposta é aquela que expressa sinceramente seu ponto de vista.

- 1) Qual a finalidade da entidade?
- 2) Qual o tempo de funcionamento da entidade?
- 3) A contabilidade é utilizada na prestação de contas do hospital? Justifique sua resposta.
- 4) Você faz uso dos demonstrativos contábeis para gerenciamento da instituição? Se sim, quais demonstrativos são utilizados?
- 5) Além dos relatórios fornecidos pela contabilidade, a entidade possui registros auxiliares para controlar entradas e saídas de numerários (fluxo de caixa) e o registro das doações recebidas (dinheiro, móveis, roupas, etc.)?
- 6) A entidade utiliza algum sistema de custeio específico (Absorção, variável, ABC)? Qual? É utilizado também nas tomadas de decisões?
- 7) A entidade realiza projeções? É feito orçamento anual na etapa de planejamento? O mesmo é utilizado na avaliação de desempenho? Ou seja, na tomada de decisões?
- 8) A entidade possui algum título ou certificação concedida pelo Poder Público? Se sim, qual?
- 9) Em sua opinião, quais as contribuições que a contabilidade traz para auxiliar na gestão dos recursos da entidade?
- 10) Além das demonstrações contábeis obrigatórias, o hospital ainda precisa elaborar prestação de contas a algum outro órgão (Conselho de Administração, governo)? Se sim, a contabilidade auxilia nessa prestação de contas?
- 11) Os demonstrativos contábeis estão disponíveis para todas as pessoas que quiserem ter acesso?
- 12) Vocês realizam algum tipo de análise de demonstrações contábeis, principalmente sobre Balanço Patrimonial e DRE? Para verificar a situação econômica e financeira da entidade? Se sim, como é feita a análise e como a mesma auxilia no processo de tomada de decisões?